

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

BALANÇO

CNPJ no 26.461.699/0001-80

Relatório da Administração - Exercício Social de 2017

I. Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, a administração da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab submete à apreciação dos órgãos superiores e demais partes interessadas as Demonstrações Financeiras concernentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

II. Mensagem da Diretoria

Embora muitos analistas se arrisquem a tratar da área cinzenta de interseção entre os aspectos econômicos e a fenomenologia político-social, não há como dissociar as variáveis que compõem esses dois conjuntos de questões, mesmo no confronto do público e do privado.

A inter-relação entre os fatos econômicos e as circunstâncias político-sociais fica mais realçada nos processos de mudanças organizacionais. Com efeito, a mudança organizacional constitui-se na superfície de descontinuidade entre conjunturas diversas, cuja modificação envolve uma reavaliação completa, ou pelo menos parcial, de um antigo padrão de comportamento coletivo, e isto afeta as convicções pessoais e os paradigmas até então prevaletentes, razão pela qual é tão difícil admitir a necessidade de reformas.

A máquina estatal é, em geral, conservadora e, por consequência, os fenômenos de mudanças representam uma complicação adicional na implementação de iniciativas dessa natureza. Exige uma dose superior de clarividência, arrojo e habilidade. Clarividência para perceber o sentido das mudanças requeridas, arrojo para influir sobre as tendências na direção correta, e habilidade para conduzir a fase de transição, minimizando as reações de inércia e resistências internas.

Dentro desse universo de causas e efeitos, o exercício de 2017 foi pontuado por ações voltadas ao reordenamento do processo de gestão estratégica da Companhia e da sua governança corporativa. Isso se deveu, principalmente, em razão da necessidade de adequação da Companhia aos ditames advindos da nova legislação que rege os negócios das estatais, como também às orientações emanadas do Conselho de Administração, que pressupõem mudanças bastantes profundas em relação ao *modus operandi* que ainda permeia o processo de gestão.

Estamos plenamente cientes dos desafios que ainda devemos enfrentar, estimulando os nossos colaboradores a pensarem em uma organização como um sistema de tarefas, de estruturas, de instrumentos, de pessoas e de recursos que sejam mutantes e complexos, no contexto de um processo contínuo de mudanças, e não como simples gráficos estatísticos, ou como uma aglomeração de indivíduos ou de sistemas de homens-máquinas cuidadosamente preparados.

Ao fazer uma análise retrospectiva, constata-se que, ao longo do tempo, muitos problemas enfrentados pela Companhia foram atacados, em algum momento, apenas pela superfície das consequências, através de intervenções focadas equivocadamente na falsa premissa de imaginar que podemos substituir a sensibilidade, a inteligência e o diagnóstico por um regime de programação, onde todas as necessidades e respostas poderiam ser previstas e satisfeitas. A falsa percepção de possibilidades mágicas cobrou um alto preço, em decorrência de recidivas cada vez mais resistentes aos remédios comuns.

No caso específico da Conab, embora esta tenha experimentado, ao longo do tempo, diversas adequações em seu processo de gestão e na operacionalização dos programas sob sua responsabilidade, as próprias resistências internas decorrentes do inativismo não possibilitaram a implementação, em sua plenitude, do desenho de uma nova entidade que, nascida de um processo de fusão de três outras entidades, deveria representar um conceito novo, imune a modelos e paradigmas ultra-

passados.

Apesar das dificuldades e idiosincrasias enfrentadas ao longo do exercício, a Companhia não deixou de avançar e inovar em seu processo de gestão, como também na busca da identidade entre eficiência e eficácia na execução dos programas sob sua responsabilidade.

Há, ainda, muito o que fazer, e uma das iniciativas prioritárias passa pela consolidação do planejamento estratégico da Companhia retomado no exercício que ora se encerra. A propósito, uma preocupação que vem permeando o dia a dia da direção é que o referido instrumento não resvale para um simples modelo conceitual, mas sim uma ferramenta prática de medição.

Conforme enfatizado por notórios especialistas, o longo prazo não lida com decisões futuras, mas com o futuro de decisões presentes. Assumir uma atitude perante o futuro sem uma compreensão do passado – e sem a adoção das medidas saneadoras – a exemplo da preparação do solo para o plantio – é ter um objetivo sem conhecimento, tornando o instrumental do planejamento em um mero exercício burocrático.

Dentro de um processo dessa natureza, é preciso que as ideologias e presunções cedam lugar à lógica e à objetividade, em um quadro institucional de harmonia e cooperação. É imprescindível, portanto, a observância de um diálogo franco, claro e realista, capaz de conduzir a políticas e diretrizes firmes e transparentes para o planejamento da ação da Companhia.

É o nosso compromisso de nos mantermos fiéis à tradição dos inovadores; inquietos em busca de novos sentidos, como os jovens; lúcidos na capacidade de análise e da crítica, como os sábios; corajosos para intervir nos momentos necessários, nas questões mais prementes e essenciais ao desenvolvimento da Companhia.

Nesse sentido, a tarefa de todos os gestores responsáveis pela condução dos negócios da Companhia transforma-se numa obra das mais importantes e num desafio de três naturezas distintas a ser conciliadas, qual seja, o de harmonizar interesses, respectivamente, no plano econômico (geração e captação de recursos), no plano social (geração do bem-estar, razão da própria existência da Companhia, enquanto instrumento público) e no plano político (equilíbrio de poderes).

Mais do que um plano de reformas, impõe-se viabilizar uma doutrina cujos princípios sejam ampla e facilmente percebidos, a fim de que todo o corpo de colaboradores possa a eles hipotecar sua adesão. Isto pressupõe uma consciência coletiva, a identidade da Companhia, capaz de controlar o poder, conter os abusos, punir os excessos e prevenir a agonia dos conflitos. A propósito, cumpre lembrar que, necessariamente, nenhuma empresa precisa ser administrada por gênios; precisa apenas de instrumentos que a torne resistente aos erros humanos.

É, pois, dentro desse cenário de causas e efeitos que daremos continuidade, no transcorrer do exercício que se inicia, na implementação de diversas medidas saneadoras e modernizadoras, de forma a preparar a Companhia para o futuro. Entre as iniciativas a serem levadas a efeito, cumpre destacar, entre outras, as que se seguem:

1. Revisão da estrutura orgânica

Deveremos, o quanto antes, promover a reavaliação do atual modelo de estrutura orgânica da Companhia, eliminando e/ou mitigando a prática de antigos métodos de administração funcional herdados de Fayol, que se mostraram inoperantes para grandes estruturas, especialmente na área pública.

Essa iniciativa constitui-se em uma das prioridades, buscando reduzir os níveis hierárquicos ao mínimo necessário, suprimindo áreas

inócuas e/ou redundantes, como também aquelas estruturadas em atividades e não em processos. Busca-se, dessa forma, materializar um modelo concebido de acordo com as reais necessidades da corporação, mais racional, fluido, ágil e eficiente, e que envolvam, em seu conjunto, as ações de natureza programática, estratégica, indutora e executora.

A propósito, o redesenho do novo arcabouço estrutural deverá propiciar a integração das respectivas áreas funcionais, condição *sine qua non* para a efetividade do planejamento estratégico no contexto da gestão da Companhia.

2. Revisão da política de recursos humanos

Também faz parte do rol de iniciativas que a direção elegeu como prioridades a revisão e atualização da política de recursos humanos, que deverá ser assentada em bases sólidas, realistas e, acima de tudo, que leve harmonia e motivação ao tecido do corpo funcional.

Essa nova política já está sendo desenhada e conta como um de seus pilares a qualificação de cada colaborador – preparando-o para os futuros desafios – e a sua adequada avaliação. Nesse sentido, faz parte dessa iniciativa a estruturação de uma ferramenta – imune ao vazio burocrático e vazio de conteúdo prático – que permita a avaliação sistemática do desempenho profissional de cada colaborador, das metas e dos resultados esperados, como também do potencial de cada um.

3. Readequação e racionalização da força de trabalho

A revisão e racionalização da força de trabalho também fazem parte do rol de iniciativas prioritárias. Dentro desse contexto, foi implantado em 2017 um Programa de Demissão Voluntária – PDV, que culminou com a saída de 1.115 colaboradores nos meses de maio e junho. A propósito, no transcorrer do exercício a força de trabalho da Companhia passou de 5.020 para 3.895 colaboradores, o que representou uma redução de 22,41%.

A definição dos lotaciogramas setoriais busca, antes de tudo, o equilíbrio do quantitativo de colaboradores e o perfil exigido para cada área, de acordo com as especificidades, os processos e o volume de trabalho desenvolvido, sem perder de vista a máxima que prescreve um lugar para cada pessoa, cada pessoa no seu lugar.

A propósito, no que se refere às iniciativas inseridas nos itens 2 e 3, a Companhia conta, desde 10/10/2016, com o assessoramento da Fundação Universidade de Brasília – UnB, objetivando o desenvolvimento e implantação de metodologias de gestão de pessoas capazes de orientar as ações de avaliação técnica e comportamental de desempenho dos servidores do órgão, bem como o dimensionamento da força de trabalho.

4. Critérios para ocupação de funções gerenciais

Outro aspecto que consta na agenda da direção da Companhia é a necessidade de formulação de normas e critérios objetivos para a ocupação de funções gerenciais (superintendências e órgãos em nível, gerências e setores), com maior ênfase para as áreas funcionais que exijam maior qualificação técnica e atitude interativista em face do planejamento corporativo. Essa iniciativa também deverá contemplar, obviamente, a renovação periódica em tais funções, por meio da ascensão de novos colaboradores e de rodízios.

5. Racionalização da estrutura de armazenagem

No tocante à estrutura física de armazenagem, estudos técnicos estão sendo elaborados, de forma a definir, o quanto antes, a rede estratégica da Companhia. Ao longo do tempo, muitas unidades



armazenadoras – operacionalizadas ainda no início da década de oitenta - perderam, ao longo do tempo, os seus objetivos, por força do deslocamento das fronteiras agrícolas, da expansão dos equipamentos privados e, ainda, da evolução da logística, que pressupõe a necessidade de redução do espaço temporal no escoamento do produto, sob pena de agregação de custos e perda de competitividade.

Dentre os complexos armazenadores de maior representatividade em termos estratégicos, alguns deverão se constituir em unidades multifuncionais, passando a exercer, além daquelas que lhes são intrínsecas, as seguintes atividades adicionais, dentro de um raio de ação previamente delimitado:

a) interação permanente com os setores organizados da sociedade nos assuntos relacionados às atividades da Companhia;

b) credenciamento, descredenciamento e recredenciamento de unidades armazenadoras privadas;

c) levantamento de safras e intenção de plantio;

d) pesquisa de preços e custos de produção.

6. Desmobilização de ativos

Um programa agressivo de desmobilização de imóveis inservíveis, iniciado em 2017, deverá ser acelerado em 2018, envolvendo a alienação, cessão a entidades públicas ou mesmo a permuta, de acordo com os interesses da Companhia, observada rigorosamente a legislação aplicável à espécie. Todas as ações nesse sentido serão objeto de acompanhamento dos órgãos de fiscalização e controle.

A propósito, inúmeros imóveis inservíveis vêm gerando despesas representativas no contexto da execução orçamentária da Companhia, principalmente àquelas derivadas de prestações de serviços continuados, como também os de concessão pública.

7. Redução seletiva dos dispêndios

As iniciativas de redução seletiva e racionalização dos dispêndios levadas a efeito no exercício que ora se finda deverão ser potencializadas em 2018, contemplando a inclusão de novos mecanismos de controle e estabelecimento de metas e avaliações periódicas, no contexto de um modelo de administração por objetivos.

A propósito, cumpre reafirmar que a Conab, dada a sua natureza jurídica e seu objeto social, não pode ser vista sob o ponto de vista exclusivo de uma organização mercantil, cuja avaliação se dá pelos resultados econômico-financeiros, no sentido capitalista do termo. Sendo uma empresa vinculada ao setor público, tem uma série de responsabilidades, por definição estatutária, na área social. Assim, na condução de seus negócios se estabelece uma dicotomia funcional, cujos limites não são facilmente identificados: a compreensão de quando a atividade tem sentido econômico ou social, ou até onde vai um ou outro aspecto.

Em decorrência dessas particularidades, torna-se difícil simplesmente copiar modelos de gestão das empresas privadas, já que os próprios mecanismos de competição levam-nas a manter estruturas funcionais mais enxutas e produtivas, além do fato de que na administração privada é mais fácil cobrar resultados de efetiva mensuração.

Estamos plenamente cientes do cuidado com que a administração deve dispensar quando do uso do adjetivo social para justificar desequilíbrios econômico-financeiros e orçamentários. Afinal de contas, a geração de prejuízos por excesso de gastos e ineficiência na gestão são altamente antissociais, porquanto, sendo uma empresa pública, os recursos são oriundos da sociedade, e a esta devem retornar sob a forma benefícios efetivos e mensuráveis.

A Companhia, no transcurso do exercício de 2017, levou a efeito diversas medidas voltadas à redução seletiva dos dispêndios, as quais deverão ter continuidade em 2018, até mesmo com maior efetividade. Entre os dispêndios selecionados podem ser citados, entre outros, os seguintes: a) renegociação e racionalização dos contratos de prestação de serviços continuados (vigilância, limpeza e conservação,

serviços técnicos profissionais, entre outros), os quais demandam um volume expressivo do orçamento relativo às despesas discricionárias; b) serviços de concessão pública, ou seja, energia elétrica, água e esgoto, telecomunicações; c) dispêndios com viagens, envolvendo diárias, passagens e locação de veículos.

8. Comunicação interna

A prioridade também recaiu em iniciativas voltadas à disseminação e consolidação, no tecido do corpo funcional, de uma visão estratégica, impregnando-se na conduta diária de cada colaborador, dirigentes e dirigidos, até mesmo nos atos mais corriqueiros. De nada adianta conceber e implantar as ações estruturantes requeridas se a Companhia não contar, repetimos, com a participação decisiva de todos os seus colaboradores.

Para tanto, não basta desenvolver estratégias de comunicação unidirecionais de caráter apenas informativo. É necessário algo mais, uma estratégia capaz de, realmente, sensibilizar, orientar e mobilizar os colaboradores para resultados, e é o que estamos construindo, inclusive divulgando aquilo que não foi dito.

Já no que concerne à execução dos programas governamentais sob nossa responsabilidade, todos os colaboradores que compõem a força de trabalho da Companhia estão plenamente conscientes da importância dos reflexos de nossas ações sobre a população alvo.

Não foi esta senão a preocupação que norteou as iniciativas levadas a efeito durante o exercício de 2017, buscando novas formas que se revelassem mais eficientes sob o ponto de vista da identidade entre eficiência e eficácia, envolvendo um maior gerenciamento das informações, do controle interno e da mitigação dos riscos.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA merece um registro especial, por conta, entre outros aspectos, das transformações sócio-econômicas geradas por essa iniciativa estruturante, com destaque para o fortalecimento e o desenvolvimento da agricultura familiar e, em particular, do pequeno agricultor, responsável por um expressivo percentual da produção de alimentos e cuja vida, em muitos momentos, é feita apenas de esperança.

O PAA é operacionalizado por meio dos seguintes instrumentos: a) Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque; b) Compra com Doação Simultânea – CDS; c) Aquisição de Sementes; d) Compra Institucional e Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF. Mencione-se que todas essas operações são suportadas por meio de acordos de cooperação e dos recursos originários do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDS e da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD. No exercício de 2017, as referidas operações demandaram recursos da ordem de R\$124,7 milhões, contemplando 18.688 beneficiários/fornecedores.

Já o programa denominado Vendas em Balcão vem garantindo a oferta de milho dos estoques públicos aos pequenos suinocultores, avicultores, granjeiros, moinhos coloniais e outros pequenos empreendimentos familiares, a preços bem inferiores aos de mercado, garantindo a manutenção desse tipo de empreendimento. No transcurso do exercício, foram atendidos 30.344 clientes, envolvendo 206.077 toneladas de milho e recursos financeiros da ordem de R\$118,0 milhões.

Cumpre, ainda, fazer referência às ações desenvolvidas no contexto da política de segurança alimentar e nutricional, voltadas ao atendimento aos grupos populacionais carentes, a exemplo dos acampados, quilombolas, comunidades de terreiro, atingidos por barragens, indígenas e outros grupos vulneráveis sob o ponto de vista das deficiências calórica e proteica, provocadas pela falta e/ou insuficiência de alimentação básica. Em 2017, a Companhia promoveu a doação de 5.506 toneladas de alimentos a 274.000 beneficiários.

Mencione-se, ainda, a doação 1.278 toneladas de alimentos a 89 instituições sociais, distribuídas por 220 municípios em seis Unidades da Federação.

A propósito, apesar dos enormes avanços alcançados nos últimos anos na melhoria dos níveis sócio-econômicos das populações de

menor poder aquisitivo, há ainda um enorme contingente de brasileiros em situação de insegurança alimentar, e a Conab tem um papel decisivo no processo de mudança do status quo, ou seja, o de contribuir para resgatar da fome essa parcela de brasileiros que, como bem definido por um ilustre pensador do sertão nordestino, se extenuam na subnutrição ou definham na inanição. Segundo ele, matar a fome é mais do que vencer a morte, pois se a morte extingue o corpo e liberta a alma, a fome mata a alma no corpo sobrevivente, e sepulta o espírito nos cérebros atrofiados.

Não menos importante é a assistência humanitária internacional, por meio de doação de produtos básicos dos estoques governamentais a países de vulnerabilidade sócioeconômica e aqueles assolados por calamidades públicas.

Cumpre destacar, também, os diversos programas voltados à garantia e sustentação de preços, como também a mitigação dos reflexos negativos decorrentes de desequilíbrios de mercado no contexto da oferta versus demanda, por meio da formação, comercialização e escoamento dos estoques públicos, no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGM. Em 2017, foram demandados recursos da ordem de R\$851,2 milhões.

É, pois, dentro desse universo de causas e efeitos que estamos atuando, de forma a materializar as mudanças estruturais e conjunturais requeridas, objetivando modelar uma empresa estável e organizada, com flexibilidade suficiente para se adequar às novas realidades econômicas e sociais que se apresentam ao longo do tempo.

São estes os compromissos que assumimos, e que ora reafirmamos, encarando os desafios de nos mantermos fiéis à tradição dos inovadores; inquietos em busca de novos sentidos, como os jovens; lúcidos na capacidade de análise e da crítica, como os sábios; com coragem para intervir nos momentos necessários, nas questões prementes e essenciais.

Os resultados alcançados em 2017 só foram possíveis graças aos nossos parceiros e clientes, por nos desafiarem no dia a dia a superar nossas metas e melhorar cada vez mais nosso desempenho, embasando e orientando nossas ações no presente e no futuro. A todos eles, os nossos agradecimentos.

A todos os colaboradores, o nosso reconhecimento e a nossa gratidão pelo talento, dedicação, profissionalismo e desprendimento, no esforço conjunto em construir uma empresa forte e estável. Eles constituem o sustentáculo do processo de mudanças da Companhia e dos resultados alcançados, como também a superação dos desafios futuros.

Aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, os nossos agradecimentos pelas orientações e fiscalização dos atos e fatos da gestão, que vêm nos ajudando na conquista dos resultados de nossas ações, reconhecidas pela sociedade.

Finalmente registramos os nossos profundos agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Michel Temer, e ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, cujo decisivo apoio foi imprescindível para a materialização do desempenho da Companhia em 2017, como também a viabilização das iniciativas estruturantes iniciadas no exercício e que deverão ser consolidadas no transcurso de 2018.

A Diretoria

III. A Empresa

1. Sua natureza jurídica

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, é uma empresa pública de direito privado, de capital fechado, constituída nos termos do art.19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, regida pelas Leis n.º 6.404/1976 e n.º 13.303/2016, Decreto n.º 8.945/2016 e pelo seu Estatuto Social.

2. Sua Missão

A Conab tem como missão institucional "Promover a garantia de renda ao produtor rural, a segurança alimentar e nutricional e a regularidade do abastecimento, gerando inteligência para a agropecuária e participação da formulação e execução das políticas públicas".

3. Seu objetivo social

A Conab tem por objeto social:

a) Garantir ao pequeno e médio produtor rural os preços mínimos e armazenagem para guarda e conservação de seus produtos.

b) Suprir carências alimentares em áreas desassistidas ou não suficientemente atendidas pela iniciativa privada.

c) Fomentar o consumo de produtos básicos e necessários à dieta alimentar das populações carentes.

d) Formar estoques reguladores e absorver excedentes e corrigir desequilíbrios decorrentes de manobras especulativas.

e) Participar da formulação de política agrícola.

f) Fomentar, através de intercâmbio com universidades, centros de pesquisas e organismos internacionais, a formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado em atividades relativas ao setor de abastecimento.

g) Assistir, mediante a doação de alimentos disponíveis em seus estoques, às comunidades e famílias atingidas por desastres naturais em municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecida pelo Poder Executivo Federal.

4. Seus objetivos

a) Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal.

b) Implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários.

c) Executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária

d) Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários

e) Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno.

f) Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior – Camex, do Conselho de Governo, e dar outras providências.

g) Participar da formulação da política agrícola.

h) Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

IV. Governança Corporativa, estrutura organizacional e força de trabalho

1. Governança Corporativa

A Conab vem adotando as práticas de governança corporativa, seguindo os procedimentos de gestão compatíveis com as normas do setor e garantindo padrões de transparência.

2. Assembleia Geral

Constitui-se no poder máximo da Companhia, com poderes de deliberação sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia, nos termos das Leis N.ºs 6.404/1976 e 13.303/2016, do Decreto N.º 8.945/2016, e demais diplomas legais aplicáveis à espécie. É composto pelos acionistas com direito a voto, e os trabalhos dirigidos pelo Diretor-Presidente da Conab ou pelo substituto que este vier a designar.

3. Órgãos Estatutários

A estrutura orgânica da Conab contempla o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. Também conta com a Auditoria Interna, Corregedoria e Ouvidoria, e sua gestão é também auditada pela CGU e TCU.

3.1. Conselho de Administração

Órgão de natureza colegiada e com autonomia dentro de suas prerrogativas e responsabilidades fixadas pela Lei das Sociedades Anônimas e pelo Estatuto Social. Sua principal atribuição é a de fixar as diretrizes estratégicas da Companhia e supervisionar os atos de gestão. Conta com a seguinte composição:

a) Cinco membros indicados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

b) Um membro representante dos empregados, nos termos da Lei N.º 12.353/2010.

c) Um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

3.2. Diretoria Colegiada

Composta pelo Diretor-Presidente e quatro Diretores Executivos, é o órgão executivo de administração e representação, com a incumbência de assegurar o funcionamento regular da Companhia, em conformidade com as diretrizes e orientações emanadas do Conselho de Administração.

Atualmente, além do Diretor-Presidente, a Diretoria Executiva está assim estruturada:

a) Diretor-Presidente

b) Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

c) Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento

d) Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações

e) Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas

3.3. Conselho Fiscal

Órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. É composto de três membros efetivos e respectivos suplentes, indicados pelas instâncias a seguir explicitadas:

a) Um membro indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante da Secretaria do Tesouro Nacional, servidor de carreira permanente da Administração Pública.

b) Dois membros indicados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

4. Força de Trabalho

Em 31.12.2017, a Companhia contava com 3.895 colaboradores, em contraposição a 5.020 de 01.01.2017, evidenciando uma redução de 1.125 colaboradores. Essa redução se deveu basicamente ao Programa de Demissão Voluntária – PDV, que proporcionou, entre maio e junho/17, o desligamento de 1.115 colaboradores.

Tabela 1 - Quadro por situação funcional

DESCRIÇÃO	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017			QUADRO FINAL
	QUADRO INICIAL	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		
		ADMISSÃO	DEMISSÃO	
QUADRO PERMANENTE	4.973	48	1.173	3.848
Em efetivo exercício	3.987	48	1.011	3.024
À disposição de outros órgãos	891	0	162	729
Licenciados	95	0	-	95
EXTRA QUADRO	47	13	13	47
Diretores	4	1	-	5
Contrato Especial	42	12	13	41
Requisitados	1	0	-	1
TOTAL	5.020	61	1.186	3.895

Fonte: Conab

V. Desempenho corporativo

1. Principais indicadores

Tabela 2 - Resultados

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VARIACÃO %
	JAN/DEZ -17	JAN/DEZ -16	
Resultado Bruto Operacional	63.332	74.912	(15,46)
Resultado Operacional	(17.330)	8.711	(298,94)
Resultado Líquido Antes do IRPJ e CSLL	(20.376)	15.117	(234,79)

Fonte: Conab

Tabela 3 - Receitas

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VARIACÃO %
	JAN/DEZ -17	JAN/DEZ -16	
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	515.243	949.197	(45,72)
Receita de Vendas	481.446	924.911	(47,95)
Receita de Serviços	33.797	24.286	39,16
RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	1.103.930	1.123.131	(1,71)

Fonte: Conab

Tabela 4 - Despesas

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VARIACÃO %
	JAN/DEZ -17	JAN/DEZ -16	
DESPESAS OPERACIONAIS	1.184.492	1.189.332	(0,41)
Pessoal e Encargos	963.364	921.992	4,49
Comerciais e Administrativas	221.128	267.340	(17,29)
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(267)	2.785	(109,59)
TOTAL DAS DESPESAS	1.184.225	1.192.117	(0,66)

Fonte: Conab



Tabela 5 - Capital circulante líquido

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VARIACÃO %
	JAN/DEZ -17	JAN/DEZ-16	
Ativo Circulante	1.589.821	1.544.478	2,94
(-) Passivo Circulante	2.060.282	2.064.909	(0,22)
Capital Circulante Líquido	(470.461)	(520.431)	(9,60)

Fonte: Conab

Tabela 6 - Indicadores econômico-financeiros - Índices de liquidez

DISCRIMINAÇÃO	QUOCIENTES		quoinente
	JAN/DEZ -17	JAN/DEZ-16	
Liquidez Geral	1,0796	1,0526	2,57
Liquidez Corrente	0,7716	0,7480	3,16
Liquidez Seca	0,2617	0,2000	30,85
Líquides Imediata	0,0865	0,0633	36,65

Fonte: Conab

Tabela 7 - Indicadores econômico-financeiros - Indicadores de estrutura e endividamento

DISCRIMINAÇÃO	QUOCIENTES		VARIACÃO %
	JAN/DEZ -17	JAN/DEZ-16	
Participação do Capital de Terceiros	5,4956	5,3340	3,03
Composição do Endividamento	0,9981	0,9781	2,04
Imobilização do Capital Próprio	0,5513	0,7196	(23,39)

Fonte: Conab

2. Desempenho econômico-financeiro

2.1. Demonstração dos resultados

O resultado econômico apurado no exercício de 2017 (antes do IRPJ e CSSL) se traduziu em um déficit da ordem de R\$20.376 mil, em contraposição a um superavit de R\$15.117 mil do exercício anterior.

Entretanto, cumpre registrar que, em 2017, a Companhia utilizou recursos próprios da ordem de R\$41.700 mil para complementar o pagamento dos dispêndios com pessoal, deixando de receber, por conseguinte, os recursos do Tesouro, a título de receita (Fonte 100). Considerada tal excepcionalidade, o resultado econômico do exercício atingiria um superavit da ordem de R\$21.324 mil.

Tabela 8 - Demonstração dos resultados

DESCRICAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		DIFERENÇA	
	2017	2016	R\$ MIL	%
Receita Operacional Bruta	515.243	949.197	(433.954)	(45,72)
Receita de Vendas	481.446	924.911	(443.465)	(47,95)
Receitas de Serviços	33.797	24.286	9.511	39,16
(-) Deduções	52.256	71.984	(19.728)	(27,41)
Receita Líquida de Vendas/Serviços	462.987	877.213	(414.226)	(47,22)
(-) Custo das Vendas e Serviços	399.755	802.301	(402.546)	(50,17)
Resultado Bruto Operacional	63.232	74.912	(11.680)	(15,59)
(-) Despesas Operacionais	1.184.492	1.189.332	(4.840)	(0,41)

Continua...

DESCRICAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		DIFERENÇA	
	2017	2016	R\$ MIL	%
Pessoal e Encargos	963.364	921.992	41.372	4,49
Comerciais e Administrativas	221.128	267.340	(46.212)	(17,29)
Resultado Operacional Parcial	(1.121.260)	(1.114.420)	(6.840)	0,61
(+) Outras Receitas Operacionais	1.103.930	1.123.131	(46.212)	(1,71)
Resultado Operacional	(17.330)	8.711	87.584	(298,94)
(+/-) Outros Resultados	(3.046)	6.406	(39.372)	(147,55)
Resultado Antes do IRPJ e CSSL	(20.376)	15.117	48.212	(234,79)

Fonte: Conab

2.2. Comportamento da Receita Operacional

Tabela 9 - Comportamento da receita operacional

DESCRICAÇÃO	EXERCÍCIO 2017		EXERCÍCIO 2016		VARIACÃO %
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%	
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	515.243	31,82	949.197	45,80	(45,72)
De Vendas	481.446	29,73	924.911	44,63	(47,95)
De Serviços	33.797	2,09	24.286	1,17	39,16
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.103.930	68,18	1.123.131	54,20	(1,71)
Transferências Financeiras	963.853	59,53	974.013	47,00	(1,04)
Multas e Juros de Mora	13.748	0,85	17.683	0,85	(22,25)
Indenizações e Restituições	11.725	0,72	55.365	2,67	(78,82)
Outras	114.604	7,08	76.070	3,67	50,66
TOTAL	1.619.173	100,00	2.072.328	100,00	(21,87)

Fonte: Conab

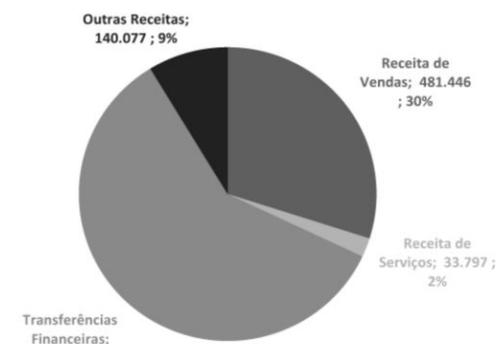
De um exercício para outro, a Receita Bruta de Vendas e Serviços experimentou uma variação negativa de 45,72%, passando de R\$949.197 mil para R\$515.243 mil.

Por outro lado, constata-se que a receita de vendas derivada exclusivamente das operações relacionadas à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM caiu do patamar de R\$924.911 mil para R\$481.446, o que representou um decréscimo nominal de 47,95%. A análise de tais ingressos sob o ponto de vista das variações monetárias não podem ser focada exclusivamente sob o ponto de vista mercantil, porquanto tais operações estão vinculadas aos ditames das políticas voltadas aos setores agrícola e do abastecimento, e a comercialização dos estoques está atrelada à necessidade de intervenções eventuais no mercado.

Portanto, a comercialização dos produtos dos estoques governamentais está sujeita às flutuações de mercado, quando exige a intervenção governamental, de forma a arrefecer os desequilíbrios entre oferta versus demanda, daí a razão das bruscas oscilações na série histórica no processo de comercialização dos estoques governamentais.

Já a receita advinda da prestação de serviços, notadamente dos serviços de armazenamento ofertados supletivamente ao setor privado, experimentou uma forte expansão de 39,16% a preços correntes.

Gráfico 1 - Composição da Receita Operacional Bruta - 2017 - Em R\$ Mil



Fonte: Conab

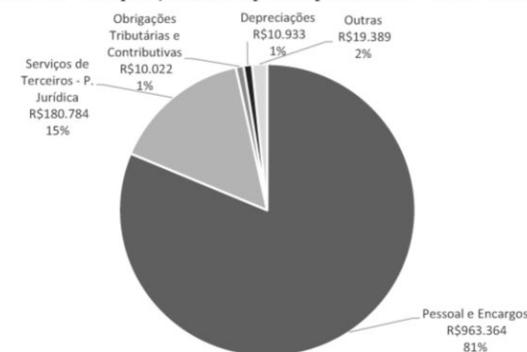
2.3. Comportamento das Despesas Operacionais

Tabela 10 - Comportamento das Despesas Operacionais

DESCRICAÇÃO	EXERCÍCIO 2017		EXERCÍCIO 2016		VARIACÃO %
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%	
DESPESAS COM PESSOAL	963.364	81,33	921.992	77,52	4,49
DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	221.128	18,67	267.340	22,48	(17,29)
Financeira	(116)	(0,01)	(165)	(0,01)	(29,70)
Consumo de Materiais	4.542	0,38	4.607	0,39	(1,41)
Diárias	4.329	0,37	4.284	0,36	1,05
Serviços Técnico-Profissionais - P.Física	2.319	0,20	2.379	0,20	(2,52)
Serviços Técnico-Profissionais - P.Jurídica	180.784	15,26	202.377	17,02	(10,67)
Obrigações Tributárias e Contributivas	10.022	0,85	33.008	2,78	(69,64)
Outras Despesas Operacionais	19.247	1,62	20.850	1,75	(7,69)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	1.184.492	100,00	1.189.332	100,00	(0,41)

Fonte: Conab

Gráfico 2 - Composição das despesas operacionais - 2017 - em R\$Mil



Fonte: Conab

2.4. Estrutura e evolução patrimonial

2.4.1. Estrutura do Ativo

Na comparação com o saldo posicionado em 31.12.2017, os valores do Ativo experimentaram um aumento nominal de 2,94%, tendo como principal fato gerador dessa performance o aumento de 28,09%, R\$ 76.369, ocorrido no grupo demais créditos e valores de curto prazo em virtude de registros da equalização de preços e outros.

Como é próprio do setor de atividades no qual se insere a Companhia, a principal aplicação se concentra no Ativo Circulante, o qual sofreu um acréscimo de 2,94%. Conforme registrado anteriormente, a performance observada no circulante se deu, basicamente, pela queda de R\$ 45.342 mil observada no volume dos bens e valores em circulação e créditos em circulação.

Tabela 11 - Estrutura do ativo

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VAR.
	31.12.2017	31.12.2016	
ATIVO CIRCULANTE	1.589.821	1.544.479	2,94
Caixa e Equivalente de Caixa	178.329	130.700	36,44
Aplicações Financeiras	1.159	1.299	(10,78)
Limite de Saque c/vinculação de Pagamento	177.170	129.401	36,92
Créditos de Curto Prazo	12.637	10.446	20,97
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	348.232	271.863	28,09
Adiantamentos Concedidos	6.508	18.899	(65,56)
Tributos a Recuperar/Compensar	215.827	188.629	14,42
Outros Créditos	125.897	64.335	95,69
Estoques	1.050.609	1.131.441	(7,14)
Mercadorias para Revenda	830.697	816.988	1,68
Compra Antecipada - E. Futura	217.957	312.353	(30,22)
Outros	1.955	2.100	(6,90)
Outros Créditos	14	29	(51,72)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	850.016	963.743	(11,80)
Realizável a Longo Prazo	639.170	678.802	(5,84)
Investimentos	28.951	34.182	(15,30)
Imobilizado	179.800	249.014	(27,80)
Intangível	2.095	1.745	20,06
TOTAL DO ATIVO	2.439.837	2.508.222	(2,73)

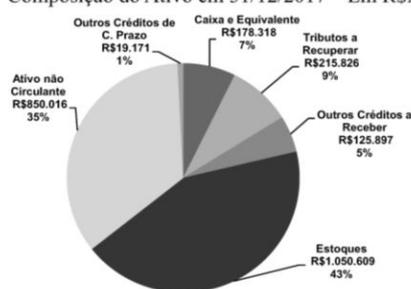
Fonte: Conab

Relato aos créditos classificados no grupo de estoques, que representaram 66,08% do total do ativo posicionado em 31.12.2017, cabe destacar o que se segue:

a) Mercadorias para revenda: R\$830.697 mil (79,07%) – Referem-se aos estoques públicos, formados a partir dos mecanismos relacionados à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, e destinados à comercialização por meio de pregão eletrônico. Parte dos estoques (milho) são vendidos diretamente aos pequenos empreendedores familiares, principalmente na Região Nordeste, no contexto do programa denominado Vendas em Balcão.

b) Compra antecipada – entrega futura: R\$217.957 (20,75%) – Trata-se, nos termos da legislação que rege o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, de adiantamentos concedidos aos agricultores nas modalidades de Compra Antecipada – CPR Alimentos e Compra Especial da Agricultura Familiar.

Gráfico 3 - Composição do Ativo em 31/12/2017 – Em R\$Mil



Fonte: Conab

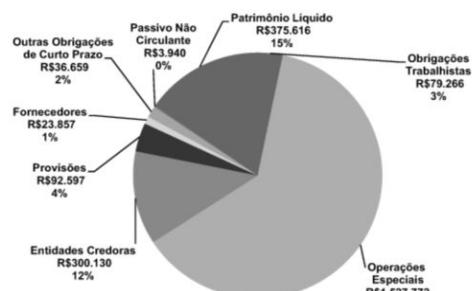
2.4.2. Estrutura do passivo

Tabela 12 - Estrutura do passivo

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		VARIACÃO
	31.12.2017	31.12.2016	
PASSIVO CIRCULANTE	2.060.282	2.064.909	(0,22)
Obrigações Trabalhistas (Prev. e Assistencial)	79.266	90.061	(11,99)
Operações Especiais	1.527.772	1.395.829	9,45
Obrigações em Circulação	453.244	579.019	(21,72)
Fornecedores e Contas a Pagar	23.857	62.995	(62,13)
Obrigações Fiscais	1.387	8.569	(83,81)
Provisões	92.598	134.686	(31,25)
Demais Obrigações de C. Prazo	335.402	372.769	(10,02)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.940	47.320	(91,67)
Obrigações Trabalhistas (Prev. e Assist.)	2	2	-
Provisões de L. Prazo	3.216	46.469	(93,08)
Obrigações Exigíveis a L. Prazo	722	849	(14,96)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	375.616	395.993	(5,15)
TOTAL DO PASSIVO	2.439.838	2.508.222	(2,73)

Fonte: Conab

Gráfico 4 - Composição do passivo (posição em 31/12/2017), em R\$ mil



Fonte: Conab

Na comparação com o saldo posicionado em 31.12.2016, o Passivo Circulante experimentou um decréscimo nominal de 0,22%, em contraposição a uma expansão de 2,94% observada no Ativo Circulante. Em consequência, a Companhia passou a possuir R\$0,7716 de disponibilidades imediatas, estoques e créditos de curto prazo para fazer frente a cada R\$1,00 de dívidas de curto prazo, em contraposição a R\$0,7480 do final do exercício de 2016 (liquidez corrente).

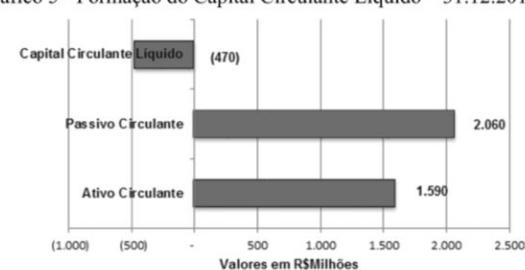
Tabela 13 - Formação do capital circulante líquido

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ MIL		
	31.12.2017	31.12.2016	DIFERENÇA
ATIVO CIRCULANTE	1.589.821	1.544.479	45.342
(-) PASSIVO CIRCULANTE	2.060.282	2.064.909	-4.627
(=) CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	-470.461	-520.430	49.969

Fonte: Conab

As Operações Especiais, que representam as obrigações junto ao Tesouro, por conta dos repasses para a operacionalização dos estoques públicos pela Companhia – formação dos estoques e despesas operacionais – apresentaram um saldo de R\$1.527.772 mil, em contraposição a R\$1.395.829 mil de 31.12.2016, evidenciando uma expansão nominal de 9,45%. A participação sobre o conjunto das obrigações de curto prazo passou do patamar de 67,60% para 74,15%.

Gráfico 5 - Formação do Capital Circulante Líquido – 31.12.2017



Fonte: Conab

VI. Desempenho operacional

Em cumprimento de sua missão institucional, e em conformidade com as suas competências estatutárias, a Conab, no transcorrer do exercício de 2017, teve uma forte atuação nos programas por ela executadas, com destaque para os que se seguem:

1. Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários e Escoamento de Produtos.

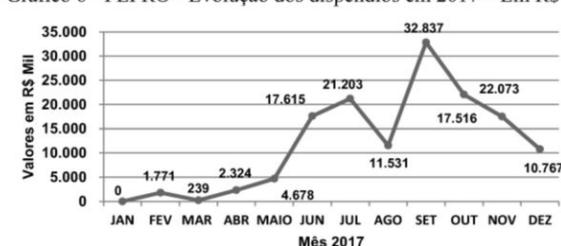
Além das Aquisições do Governo Federal – AGF e dos Contratos Públicos de Opção de Venda, a Conab também é responsável pela operacionalização dos instrumentos de política agrícola denominados de Valor de Escoamento do Produto – VEP, Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural – PEPRO, Subvenção Econômica aos Produtores de Cana-de-açúcar e Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas.

1.1. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural - PEPRO

Prêmio concedido ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão.

No transcorrer do exercício de 2017 foram aplicados R\$142.554 mil, sendo R\$83.638 mil do exercício e R\$58.916 mil de exercícios anteriores (restos a pagar).

Gráfico 6 - PEPRO - Evolução dos dispêndios em 2017 – Em R\$ Mil



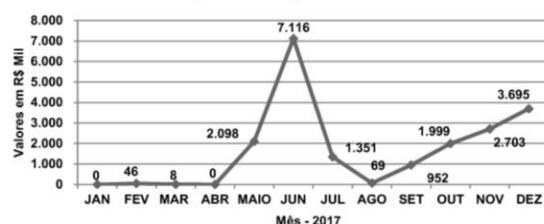
Fonte: Conab



1.2. Prêmio de Escoamento do Produto - PEP

Instrumento de política agrícola em que é concedido aos interessados em adquirir produtos diretamente ao produtor e/ou cooperativa, com garantia do valor de referência, sob a condição de proceder ao escoamento da safra para a região de consumo. Os recursos aplicados atingiram o nível de R\$20.038 mil, sendo R\$5.405 mil de operações de exercícios anteriores.

Gráfico 7 - PEP – Evolução dos dispêndios em 2017 – Em R\$Mil

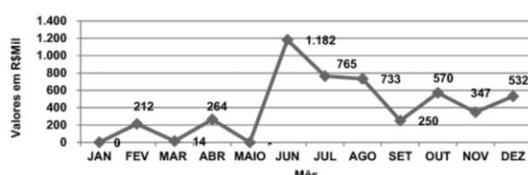


Fonte: Conab

1.3. Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas

Subvenção concedida diretamente aos extrativistas portadores de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, ou ainda, às associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal. No exercício de 2017, foram pagos R\$4.870 mil, dos quais R\$476 mil de restos a pagar de 2016.

Gráfico 8 - Extrativismo – Evolução dos dispêndios em 2017 – R\$ Mil



Fonte: Conab

1.4. Valor de Escoamento do Produto – VEP

Representa o valor pago – negociado por intermédio de leilão público – a um segmento consumidor definido (bovinocultores, suinocultores, avicultores, caprinocultores e indústrias de ração), que adquira estoques governamentais e se disponha a escoá-los para a região de consumo estabelecida no edital de venda. Durante o exercício não houve operações no contexto do programa.

1.5. Contrato de Opção de Venda

Constitui-se em uma modalidade de seguro de preços que dá ao produtor rural e/ou sua cooperativa o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. Objetiva proteger o produtor rural e/ou sua cooperativa contra os riscos de queda de preços.

Em 2017, em decorrência do exercício da opção de venda por parte dos agentes (venda dos estoques ao Governo), houve recomposição dos estoques governamentais de milho, atingindo 859.572 toneladas.

2. Comercialização dos Estoques Públicos

A intervenção governamental na comercialização dos estoques reguladores e estratégicos é realizada por meio de leilão eletrônico, observadas as necessidades de cada região ou quando identificadas áreas com altas de preços, com o propósito de regular o mercado, garantindo preços justos aos consumidores finais e eliminando ou atenuando os movimentos especulativos.

3. Programa de Vendas em Balcão

O programa denominado Vendas em Balcão, garante a ofer-

ta de milho dos estoques governamentais aos pequenos suinocultores, avicultores, granjeiros, moinhos coloniais e outros, em suas respectivas regiões, a preços que propicie à viabilização desse tipo de empreendimento.

Em 2017 o programa beneficiou 30.344 clientes, comercializando 206.077 toneladas de alimentos, o que envolveu recursos financeiros da ordem de R\$206.077 mil.

4. Programa de Aquisição de Alimentos

Em decorrência dos termos de cooperação firmados com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA, a Conab é a responsável pela operacionalização do programa, cujo objetivo básico é o de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade, necessários às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, como também promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

4.1. Compra Direta da Agricultura Familiar

Sua finalidade é a de garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais, entre estas, extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados, comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais.

Em 2017, a execução do programa demandou recursos financeiros da ordem de R\$16.619 mil, envolvendo 2.353 beneficiários.

4.2. Formação dos Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoques

Tem como objetivo a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos de “A” a “E” do Pronaf, com o objetivo de sustentar preços e agregar valor à produção. Atende ao mesmo público-alvo da CDFA, devendo os agricultores estar organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

Em 2017, foram beneficiados 676 agricultores familiares, envolvendo R\$4.853 mil.

4.3. Compra da A. Familiar com Doação Simultânea

Tem como objetivo atender às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio de doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares em todo o território nacional. Essa ação relaciona-se à parceria mantida com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Em 2017 o programa atingiu 15.275 beneficiários, o que demandou recursos financeiros da ordem de R\$98.221 mil.

4.4. Aquisição de Sementes

Em atendimento às demandas do INCRA e outras entidades públicas ligadas ao campo, a Conab promoveu, através de chamada pública, a aquisição de sementes junto às cooperativas de pequenos produtores. Em 2017, os recursos alocados no programa atingiram o patamar de R\$5.015 mil, contemplando 384 beneficiários.

5. Programa de Distribuição de Alimentos

Inserido no contexto das políticas de segurança alimentar e nutricional, objetiva contribuir para a erradicação da fome pela garantia de acesso à alimentação básica às populações carentes.

No transcorrer do exercício de 2017, a Companhia promoveu a doação de cestas de alimentos a 274.000 beneficiários, envolvendo as populações de acampados, quilombolas, terreiros, atingidos por barragens, indígenas, marisqueiras/caranguejeiras, pescadores artesanais,

vítimas de calamidades e outras populações tradicionais.

O total das doações em 2017 atingiu 5.506 toneladas de alimentos. Essa atividade é materializada por meio de convênios e acordos de cooperação firmados com o MDS e outras entidades públicas, que promovem o repasse dos recursos financeiros.

Mencione-se, ainda, a doação de alimentos dos estoques governamentais (inclusive os oriundos do PAA) a 89 instituições sociais, no total de 1.489 toneladas.

6. Ajuda Humanitária Internacional

Tem como objetivo prestar assistência humanitária, por meio de doação de alimentos, a países em situação de vulnerabilidade social e econômica, como também nos casos de calamidades públicas provocadas por desastres. Em 2017 não houve atendimento dessa natureza.

7. Execução dos Serviços de Armazenagem

Dispondo de uma rede de 92 complexos armazenadores (167 armazéns), com capacidade estática de aproximadamente 2,2 milhões de toneladas, a Conab atua no segmento de forma supletiva, além de prestar suporte na manutenção dos estoques públicos e dos programas sociais.

Além de sua rede própria, a Conab também promove o gerenciamento do Cadastro Nacional de Armazéns composto por 17.009 armazéns cadastrados (credenciados e não credenciados), com capacidade estática de 160,1 milhões de toneladas.

A propósito, cumpre registrar que os estoques públicos armazenados em unidades próprias e de terceiros situaram-se, em 31.12.2017, em 1.399.035,7 toneladas, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 14 - Estoques Públicos – Saldo em 31.12.2017

PRODUTOS	ARMAZÉNS PRÓPRIOS		ARMAZÉNS DE TERCEIROS		TOTAL	
	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Arroz	0	-	22.360,0	100,00	22.360,0	100,00
Café	2.559,3	100,00	0	-	2.559,3	100,00
Milho	71.897,3	5,29	1.286.019,1	94,71	1.357.916,4	100,00
Trigo	1.200,0	7,41	15.000,0	92,59	16.200,0	100,00
TOTAL	75.656,6	5,41	1.323.379,1	94,59	1.399.035,7	100,00

Fonte: Conab

Nota: Mencione-se, ainda, a posição dos estoques de sacaria (juta/malva e polipropileno) que situava-se em 1.802.969 unidades em 31.12.2017 (depositados em armazéns de terceiros).

8. Organização do Pequeno Varejo

Por meio do programa denominado Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap, a Conab está desenvolvendo ações com o objetivo de propiciar aos micros e pequenos varejistas de produtos básicos um sistema de gestão comercial que lhes propicie a qualificação e a expansão de seu empreendimento, mediante suporte técnico necessário, acesso direto aos fornecedores e obtenção de financiamento para capital de giro.

Busca-se, dessa forma, a melhoria do suprimento alimentar às comunidades pela oferta de produtos de qualidade e a preços acessíveis, maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação para os municípios, por conta da formalização e expansão do comércio local. Outro ponto positivo a ser considerado refere-se à viabilização de um novo canal para o escoamento da produção da Agricultura Familiar.

9. Fiscalização dos Estoques Públicos

As ações de fiscalização dos estoques públicos em 2017 contaram com mais de 225 visitas in loco, quando foi realizada a vistoria quantitativa em 780 armazéns (considerado o número de vistorias em uma mesma unidade), de forma a identificar perdas, desvios e condições inadequadas de manutenção e conservação dos estoques, abrangendo um universo de 5.163.377 toneladas de produtos estocados.

O processo de fiscalização, cada vez mais intenso, vem contribuindo de forma decisiva para a mitigação dos índices de perdas e inibição de desvios, tendo sido observada uma redução dessas ocorrências. Conforme demonstrado na tabela a seguir, o quantitativo de perdas/desvios apurado em 2017 representou uma redução de 92,04% em relação ao cenário de 2016.

Tabela 15 - Resultado das fiscalizações em 2017

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QUANTIDADE APURADA		
	DESVIOS	PERDAS	TOTAL
Grãos [tonelada]	2.496	1.617	4.113
Néctar de Frutas [litro]	1.433.304		
Sacaria [unidade]	16.126		
REDUÇÃO S/2016	96,20%	58,98%	92,04%

Fonte: Conab

Registre-se, ainda, as vistorias/fiscalizações realizadas junto aos agentes participantes dos programas de garantia e sustentação de preços, subvenção econômica, seguro rural e venda em balcão, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 16 - Vistorias e fiscalizações por programa

DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS	N.º DE VISTORIAS E FISCALIZAÇÕES
Seguro Rural	102
PEP e PEPRO	368
PGPM-Bio	501
Vendas em Balcão	595
Contrato de Opção de Venda	87

Fonte: Conab

Relativamente ao seguro rural, as ações executadas pela Conab envolvem, entre outros aspectos, a verificação das informações apresentadas nas apólices, marcação de coordenadas geográficas, dimensionamento das lavouras e elaboração dos laudos de fiscalização em cada propriedade.

10. Modernização do Mercado Atacadista de Hortigranjeiros

A Portaria MAPA N.º 171, de 24 de março de 2005, instituiu, no âmbito da Conab, o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort, com a finalidade de, em interação com os estados, municípios e os agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, fomentar o desenvolvimento do setor.

A proposta que norteia o referido programa é que a Conab seja uma indutora de um processo de melhoria e modernização em todas as fases de produção, acondicionamento, armazenamento, conservação, transporte e comercialização de produtos hortigranjeiros, objetivando, em última instância, a garantia do abastecimento, o apoio aos produtores de pequeno porte e a segurança alimentar e nutricional das populações.

O Prohort disponibiliza três ferramentas de consulta sobre as informações de comercialização nas Centrais de Abastecimento:

a) Preços diários e médios de comercialização dos 48 principais produtos comercializados em 46 mercados atacadistas

b) Sistema de Informações Setoriais de Comercialização – Siscom, que contém informações sobre a movimentação física e financeira dos Mercados Atacadistas nas Unidades da Federação, envolvendo a comercialização dos grupos hortigranjeiros, cereais e produtos diversos.

c) Informações de Mercado, que disponibiliza informações sobre a origem do produto, preços, volume físico e financeiro de comercialização nos Mercados Atacadistas.

11. Pesquisa e Avaliação de Safras

A Conab realiza sistematicamente pesquisas e avaliações de safras, utilizando tecnologias modernas, inclusive com o uso de geotecnologias (sensoriamento remoto, GPS – Global Positioning System e SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira).

O procedimento de pesquisa e avaliação de safras por meio de geotecnologias é acompanhado pela aplicação de modelos agrometeorológicos nos prognósticos de rendimento, como também por levantamento de campo. Todo o avanço tecnológico obtido ao longo do tempo se deu graças à implantação do Projeto Geosafra. São levantadas informações relativas à área plantada, produção estimada, produtividade média das culturas, evolução das culturas desde o preparo do solo até a colheita, tecnologias utilizadas pelos produtores, influências climáticas, entre outras variáveis julgadas relevantes para o setor.

O Projeto SIGABrasil – Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira, integra informações relativas à produção, estoques, rede de armazenagem, via de transporte, plantas de processamento, portos, entre outros indicadores do setor.

Ainda com relação às iniciativas de acompanhamento e avaliação de safras, cabe mencionar a inserção no rol de ações desenvolvidas o acompanhamento e avaliação da safra brasileira de cana-de-açúcar, laranja e das culturas de dendê e pinhão manso.

12. Capacitação e disseminação do conhecimento

O desafio da agricultura, do abastecimento e da segurança alimentar, no contexto do macroprocesso produção-circulação-distribuição-consumo, vem exigindo, cada vez mais, o desenvolvimento da inteligência nas organizações que lidam com esses segmentos e que envolvem aspectos de natureza política, ambiental, econômico e social, que sustentam a criação de oportunidades de investimentos produtivos, como também o subsidiam tomadas de decisões dos agentes públicos e privados.

A formação dessa inteligência deve passar, inexoravelmente, pela coleta, tratamento, análise e divulgação das informações. A continuidade, consistência e transparência dessas variáveis é que proporciona a credibilidade e contribui para o desenvolvimento das instituições e da cidadania.

Essa é uma preocupação manifestada pelos diversos organismos e instituições internacionais, a exemplo da FAO e G20, com os aspectos qualitativos das informações agrícolas, o que vem a exigir o fortalecimento das instituições responsáveis pela coleta, tratamento e divulgação das informações e do conhecimento relacionados ao setor agrícola.

A Conab, consoante as suas responsabilidades estatutárias, promove a geração de informações e do conhecimento no âmbito do setor agrícola e do abastecimento. Cumpre asseverar que a informação agrícola é fator crítico, porquanto está relacionado às questões de segurança alimentar sob o ponto de vista nutricional.

Dentro desse contexto, a Companhia promove a coleta, análise e a divulgação de informações relativas aos setores agrícola e do abastecimento. Como exemplo, mencione-se a base de dados de quase 11.700 séries de preços de produtos agropecuários, insumos e de índices de produção e de exportação.

Dentro do contexto de coleta, tratamento e análise, a Conab, no transcorrer do exercício, promoveu a disseminação de informações relacionadas à produção agrícola, indicadores agropecuários, custos de produção, envolvendo:

a) pesquisa de preços pagos e recebidos pelos produtores;

b) acompanhamento do mercado de máquinas e fertilizantes;

c) comportamento de preços de insumos agrícolas;

b) mapeamento das principais culturas;

d) informações georreferenciais de infraestrutura relacionadas ao armazenamento, transporte e vias de escoamento;

e) posição dos estoques privados;

f) estimativas de produtividade;

g) informações de preços recebidos pelos produtores e praticados no atacado e no varejo, entre outros importantes indicadores.

Cumpra, ainda, destacar os estudos prospectivos e de tendências elaborados pela Conab, objetivando subsidiar as eventuais intervenções governamentais no mercado, por meio dos mecanismos de que dispõe.

Também se constituem em papel da Conab os estudos e proposições sobre a quantificação de preços mínimos, preços dos leilões dos estoques governamentais, entre outros importantes indicadores de preços balizadores da execução da política e de abastecimento do Governo Federal.

Esse importante trabalho é sustentado por metodologias reconhecidas, de forma a gerar informações e conhecimentos consistentes, isentos e atualizados. Em 2017, foram aprimoradas e consolidadas as metodologias de pesquisa, objetivando a padronização, atualização e modernização dos métodos de coleta, tratamento e divulgação das informações.

Toda essa massa de informações é ordenada e trabalhada por meio de sistemas desenvolvidos pela área de tecnologia da informação da própria Companhia, e é divulgada sistematicamente pela sua página eletrônica, cujo acesso já atingiu 70 países.

Por último, é importante pontuar a intensificação das tratativas de intercâmbios, não só com outras entidades do país, como também com outros países de diversos continentes, buscando divulgar os nossos instrumentos de ação relacionados ao objeto social da Companhia, como também absorver outras tecnologias e experiências. Em 2017, diversas missões estrangeiras conheceram os instrumentos de política agrícola e de abastecimento praticados pela Conab, culminando, inclusive, com o deslocamento, aos países de origem, dos nossos técnicos com a missão de prestar o assessoramento e difundir nossas experiências, como também absorver novos conhecimentos.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2017

FRANCISCO MARCELO RODRIGUES BEZERRA
Diretor-Presidente

MARCUS LUIS HARTMANN
Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas

JORGE LUIZ ANDRADE DA SILVA
Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento

DANILO BORGES DOS SANTOS
Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

CLEIDE EDVIRGES SANTOS LAIA
Diretora-Executiva de Política Agrícola e Informações

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Ativo	Nota	Valores em R\$ mil	
		2017	2016
CIRCULANTE		1.589.820	1.544.478
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		178.328	130.700
Aplicações Financeiras		1.159	1.299
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento		177.169	129.401
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	5	12.637	10.446
Clientes	5.1	12.637	10.446
DEMAIS CRÉD. E VAL. A CURTO PRAZO	6	348.232	271.863
Adiantamentos Concedidos	6.1	6.508	18.899
Adiantamentos a Pessoal		6.508	8.707
Adiantamentos a Unidades e Entidades		0	10.192
Tributos a Recuperar/Compensar	6.2	215.827	188.629
Créditos Tributários		217.405	190.207
(-)Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores		(1.578)	(1.578)
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	6.3	125.897	64.335
ESTOQUES	7	1.050.609	1.131.441
Mercadorias para Revenda		830.697	816.988
Materiais em Trânsito		109	200
Almoxarifado e Estoques para Distribuição		1.845	1.900
Compra Antecipada - Entrega Futura		217.958	312.353
VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE		14	28
Despesas Antecipadas		14	28
NÃO CIRCULANTE		850.017	963.744
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		639.170	678.803
Créditos a Longo Prazo	8	2.300	2.298
Clientes	8.1	2.300	2.298
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços		2.300	2.298
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	8.2	636.870	676.505
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		2	6
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		78.238	130.178
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo		558.630	546.321
INVESTIMENTOS		28.952	34.182
Participações Permanentes		27.755	27.755
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		35.567	35.567
(-)Redução ao Valor Recuperável de Investimentos		(7.812)	(7.812)
Propriedades para Investimento		0	4.605
Bens Imóveis não Destinados a Uso		0	4.850
(-)Depreciação Acum. Investimentos - Cons. Propriedade		0	(245)
Demais Investimentos Permanentes		1.197	1.822
Demais Investimentos Permanentes		1.197	1.822
IMOBILIZADO		179.800	249.014
Bens Móveis		22.283	26.093
Bens Móveis		108.783	105.839
(-)Depreciações		(86.500)	(79.746)
Bens Imóveis		157.517	222.921
Bens Imóveis		352.649	408.471
(-)Depreciações		(195.132)	(185.550)
INTANGÍVEL		2.095	1.745
TOTAL		2.439.837	2.508.222

Passivo	Nota	Valores em R\$ mil	
		2017	2016
CIRCULANTE	9	2.060.281	2.064.909
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIT. A PAGAR	9.1	79.266	90.062
Pessoal a Pagar		47.627	59.807
Encargos Sociais a Pagar		31.639	30.255
OPERAÇÕES ESPECIAIS	9.5	1.527.772	1.395.829
Operações Especiais		1.527.772	1.395.829
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		453.243	579.018
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.2	23.857	62.995
Fornecedores Nacionais		1.587	2.005
Contas a Pagar Credores Nacionais		22.270	60.990
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9.6	1.387	8.569
Obrig. Fiscais com a União, Est. e Municípios		1.387	8.569
Provisões de Curto Prazo	9.3	92.598	134.686
Outras Provisões a Curto Prazo		92.598	134.686
Demais Obrigações a Curto Prazo		335.401	372.768
Adiantamentos de Clientes	9.8	1.998	1.046
Juros Sobre o Capital Próprio - JCP a Pagar	9.8	0	1.830
Consignações	9.8	7.663	5.630
Depósitos Judiciais	9.8	5.139	0
Depósitos e Cauções Recebidos	9.8	3.965	6.729
Indenizações, Restituições e Compensações	9.8	10.820	39
Diárias a Pagar	9.8	14	15
Entidades Credoras	9.4	300.130	352.800
Entidades Credoras - Est., DF e Municípios	9.8	3.562	3.784
Valores em Trânsito Exigíveis	9.8	1	1
Subvenções a Pagar	9.8	2.109	894
Valores Diferidos	9.8	0	0
NÃO - CIRCULANTE		3.940	47.320
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR		2	1
Pessoal a Pagar		2	1
PROVISÕES A LONGO PRAZO	10	3.216	46.469
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo		3.216	46.469
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		722	850
Depósitos e Cauções Recebidos		722	722
Obrigações com Entidades Federais		0	128
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		375.616	395.993
Capital	12	302.801	302.801
RESERVAS		72.815	93.192
Reservas de Lucros		72.815	93.192
TOTAL		2.439.837	2.508.222

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Detalhamento	Nota	Valores em R\$ mil	
		2017	2016
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	15.1	515.243	949.197
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS		481.446	924.911
Vendas Estoques Estratégicos		438.499	751.932
Vendas Estoques Reguladores-PGPM		42.947	172.979
RECEITA DE SERVIÇOS		33.797	24.286
Serviços de Armazenagem/Aluguéis		33.797	24.286
(-)DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS	15.2	52.256	71.984
RECEITA LIQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS		462.987	877.213
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	15.3	534.456	907.357
CMV - Estoques Reguladores - PGPM/MO		534.456	907.357
(-)EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	7.1	(134.701)	(105.056)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	15.4	63.232	74.912
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	15.5	1.184.492	1.189.332
(-)DESPESAS DE PESSOAL		963.364	921.992
Remuneração a Pessoal		514.223	602.732
Sentenças Judiciais		37.826	53.212
Obrigações Patronais		187.031	211.305
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência		25.830	32.089
Benefícios a Pessoal		16.835	15.234
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		181.619	7.420
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS		221.128	267.340
Despesas/Receitas Financeiras		(116)	(165)
Consumo de Materiais		4.542	4.607
Diárias		4.329	4.284
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Física		2.320	2.379
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Jurídica		180.784	202.377
Obrigações Tributárias e Contributivas		10.022	33.008
Outras Despesas Operacionais		19.247	20.850
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	15.6	1.103.930	1.123.131
Transferências Financeiras, Incorp. e Desincorporações		963.853	974.013
Multas e Juros de Mora		13.748	17.683
Indenizações e Restituições		11.725	55.365
Receitas Diversas		114.604	76.070
RESULTADO OPERACIONAL		(17.330)	8.711
(+) OUTROS RESULTADOS		(3.046)	6.406
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS		(267)	2.785
Alienação de Bens Móveis		175	31
Alienação de Bens Imóveis		(442)	2.754
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		(70.368)	(305)
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		67.589	3.926
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(20.376)	15.117
Imposto de Renda a Recolher		0	5.429
Contribuição Social Sobre o Lucro a Recolher		0	2.004
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11	(20.376)	7.684
LUCRO OU PREJUÍZO POR AÇÃO		(10,96)	4,13

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Detalhamento	Nota	Valores em R\$ mil	
		2017	2016
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(20.376)	7.684
Outros Componentes do Resultado Abrangente		0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(20.376)	7.684

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL			
	2017	%	2016	%
1.RECEITAS	512.178	50,86	955.595	91,48
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	515.224	51,16	949.189	90,87
1.2 - Outros Resultados	(3.046)	(0,30)	6.406	0,61
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	590.187	58,60	1.015.354	97,20
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	399.755	39,69	802.301	76,80
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	190.432	18,91	213.053	20,40
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(78.009)	(7,75)	(59.759)	(5,72)
4.RETENÇÕES	18.909	1,88	18.942	1,81
4.1 - Depreciação e Amortização	18.909	1,88	18.942	1,81
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(96.918)	(9,62)	(78.701)	(7,53)
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.104.045	109,62	1.123.296	107,53
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	1.104.045	109,62	1.123.296	107,53
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	1.007.127	100,00	1.044.595	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.007.127	100,00	1.044.595	100,00
8.1 - Pessoal				
8.1.1 - Pessoal e Encargos	963.364	95,65	922.000	88,26
Total	963.364	95,65	922.000	88,26
8.2 - Tributos				
8.2.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	62.258	6,18	112.417	10,76
Total	62.258	6,18	112.417	10,76
8.3 - Terceiros				
8.3.3 - Juros e Aluguéis	1.881	0,19	2.494	0,24
Total	1.881	0,19	2.494	0,24
8.4 - Próprios				
8.4.4 - Juros Sobre o Capital Próprio	0	0,00	1.830	0,18
8.4.5 - Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	(20.376)	(2,02)	5.854	0,56
Total	(20.376)	(2,02)	7.684	0,74

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Ativo	Nota	Valores em R\$ mil	
		2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Antes do Imposto de Renda e da CSLL		(20.376)	15.117
Disponibilidades liq. Aplic. nas atividades operacionais		75.268	(43.823)
Depreciações e Amortizações		18.909	18.942
Alienação de Bens		468	202
Doações/Transferências de Bens Patrimoniais		(449)	(6.203)
Outras Baixas de Bens		60.599	31
Redução Valor Recuperável de Investimentos		0	49
Aumento em Clientes e Créd. Diversos a Receber		(76.064)	(9.390)
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários		(26.982)	85.552
Redução (Aumento) nos Encargos Sociais a Pagar		1.384	(13.268)
Aumento em Adiantamentos e Pessoal a Pagar		10.995	5.013
Redução nas Despesas Antecipadas		15	6
Aumento nas Operações Especiais e Estoques		212.774	20.069
Aumento nas Consignações e Fornecedores		(37.105)	8.158
Redução nos Depósitos e Cauções		(2.763)	(6.176)
Redução nas Provisões		(85.341)	0
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(7.397)	(4.711)
Redução nas Entidades Credoras		(53.021)	(129.102)
Redução (Aumento) nos Adiantamentos de Clientes		952	(12.272)
Redução nos Recursos Vinculados		57.079	637
Redução (Aumento) nas Subvenções a Pagar		1.215	(1.360)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	14.1	54.892	(28.706)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicações no Imobilizado e Intangível		(5.603)	(7.296)
Recebimentos por Vendas de Ativo Permanente		169	365
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	14.2	(5.434)	(6.931)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Juros Sobre Capital Próprio Pagos		(1.830)	0
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(1.830)	0,00
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO		47.628	(35.637)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	14.3	47.628	(35.637)
No Início do Exercício		130.700	166.337
No Final do Exercício		178.328	130.700



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
	Capital realizado (em R\$ mil)	Reserva legal	Reserva de retenção do lucro	Lucros e prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
SALDO EM 01/01/2016	302.801	18.812	68.526	0	390.139
LUCRO DO EXERCÍCIO				7.684	7.684
RESERVAS DE LUCROS PARA EXPANSÃO			5.470	(5.470)	0,00
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL		384		(384)	0,00
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO				(1.830)	(1.830)
SALDO EM 31/12/2016	302.801	19.196	73.996	0	395.993
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO				(20.376)	(20.376)
RESERVAS DE LUCROS PARA EXPANSÃO			(20.376)	20.376	0,00
SALDO EM 31/12/2017	302.801	19.196	53.620	0	375.617

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Nota	Descrição
01	Contexto Operacional
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras
03	Alterações na Legislação Societária
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis
05	Créditos a Curto Prazo
06	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo
07	Estoques
08	Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo
09	Endividamento
10	Provisões a Longo Prazo
11	Resultado Líquido do Exercício
12	Patrimônio Líquido
13	Provisões e Contingências Passivas
14	Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC
15	Demonstração do Resultado do Exercício - DRE
16	Demonstração do Valor Adicionado - DVA
17	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL
18	Demonstração do Resultado Abrangente - DRA
19	Diversos Responsáveis em Apuração
20	Restos a Pagar - Recursos a Receber
21	Benefícios Concedidos aos Empregados
22	Remuneração dos Dirigentes e Empregados
23	Nota 23 - Termos de Execução Descentralizada - TED

Nota 1 - Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “promover a garantia de renda ao produtor rural, a segurança alimentar e nutricional e a regularidade do abastecimento, gerando inteligência para a agropecuária e participação da formulação e execução das políticas públicas”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 27 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 92 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

Nota 2 - Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A partir do exercício financeiro de 2015, foi implantado o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, adequando os dispositivos legais vigentes às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e aos Padrões Internacionais de Contabilidade do Setor Público, com o objetivo de uniformizar as práticas contábeis, com a utilização de contas padronizadas, e com isso proporcionar maior transparência sobre as contas públicas.

A Conab, como entidade da Administração Pública Federal, integrante do Balanço Geral da União por utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, na modalidade total, teve as demonstrações financeiras adaptadas ao novo Plano.

Por força da Instrução Normativa – IN/TCU nº 63, de 01/09/2010 e IN/TCU nº 72, de 15/05/2013 e em consonância com as Decisões Normativas – DN/TCU nº 161, de 01/11/2017 e DN/TCU nº 163, de 06/12/2017, a Conab apresentará o relatório de gestão e informações suplementares, referentes à prestação de contas do exercício de 2017, cujas contas serão julgadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

Nota 3 - Alterações na Legislação Societária

As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”.

Nota 4 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1. Caixa e Equivalente de Caixa: Refere-se ao limite de saque da Conta Única, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira, para pagamentos em 2018, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio, aquisições, manutenção dos estoques, subvenção, Termos de Execução Descentralizada – TED e outros, além de aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em fundos extramercado.

4.2 Créditos a Receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de estoques públicos, são executadas mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/ MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.3.2 Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os estoques de mercadorias para alienação, foram comparados com a tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2017, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/ MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos

termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos à legislação específica. Estão provisionados no passivo circulante, na conta denominada Operações Especiais.

4.5 Almoarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$7.812 mil (R\$7.812 mil, em 31 de dezembro de 2016), destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria estatal.

4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.8 Imobilizado: Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando as seguintes taxas anuais: mobiliário em geral – 10%, equipamentos de informática e veículos – 20%, edificações – 4%, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa SRF nº 162/98.

4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos: Considerando que os valores dos ativos encontram-se registrados a custos inferiores aos de mercado, conforme Nota Técnica Supad nº 41/2018, em que consta avaliação feita pela Caixa Econômica Federal, de alguns imóveis, no exercício de 2017, não foram registrados valores decorrentes de aumento ou diminuição decorrentes de ajuste patrimonial.

4.10 Reconhecimento da Receita:

4.10.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado. Por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, devidamente mensurados.

4.11 Provisões Passivas: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$92.598 mil e refere-se às provisões vinculadas a processos judiciais, trabalhista e cível, consideradas como sendo de futuro desembolso da Companhia, conforme relatório elaborado pela Procuradoria Jurídica – Proge, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM Nº 594, de 15/09/2009 e normatizado no CFC, pela 2014 NBC TG 25(R1).

O saldo existente é composto pelas Provisões Trabalhistas e Cíveis, que agregado aos Depósitos Vinculados, serão suficientes para cobrir as possíveis Liquidações de Sentenças, a serem pagas em 2018.

Encontra-se também, provisionado no Passivo Não Circulante, o valor de R\$3.216 mil, para cobrir prováveis desembolsos com processos fiscais.

4.12 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IRPJ e CSLL, a Companhia adota o regime de lucro real anual, em que as apurações são efetuadas, mensalmente, por estimativa, conforme pará-

grafo 4º, art. 31 da IN/RFB 1.700/17. Esse regime permite a apuração dos tributos devidos, com base em balancetes de suspensão ou redução (art. 47 e 50 da IN/RFB 1.700/17).

Nota 5 - Créditos a Curto Prazo

5.1 Clientes: O saldo da conta está representado pelo montante de R\$12.637 mil, em 31 de dezembro de 2017 (R\$10.446 mil, em 31 de dezembro de 2016), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços de armazenagens e aluguéis.

Nota 6 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

O total de R\$348.232 mil, em 31 de dezembro de 2017 (R\$271.863 mil, em 31 de dezembro de 2016), representa os Adiantamentos Concedidos, Tributos a Recuperar/Compensar e Outros Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo.

6.1 Adiantamentos Concedidos:

O total de R\$6.508 mil, em 31 de dezembro de 2017 (R\$18.899 mil, em 31 de dezembro de 2016), corresponde aos adiantamentos de férias, décimo terceiro salário e suprimento de fundos, para viagens, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 - Adiantamentos Concedidos - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2017	2016
Adiantamentos a Pessoal	6.508	8.707
Adiantamentos a Unidades e Entidades	0	10.192
Total	6.508	18.899

Fonte: Conab.

6.2. Tributos a Recuperar/Compensar

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Tabela 2 - Tributos a Recuperar/Compensar - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2017	2015
ICMS a Compensar	212.189	188.568
IRRF a Compensar	3.630	56
Contribuições e Outros Impostos	8	5
Total de Créditos Tributários Circulante	215.827	188.629

Fonte: Conab.

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

6.3 Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo:

O total de R\$125.897 mil, em 31 de dezembro de 2017 (R\$64.335 mil, em 31 de dezembro de 2016) é composto pelos valores citados na tabela abaixo, com maior relevância para a conta Recursos da União, relativos aos registros da Equalização de Preços, a receber do Tesouro Nacional, conforme Portaria Interministerial MF/MAPA, nº 38, 09/03/2004, Créditos a Receber por Acertos Financeiros com Servidores e Ex-Servidores, Créditos por Infração Legal/Contratual, de processos de perdas de produtos, ajuizados e Outros.

Tabela 3 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2017	2016
Créditos por Cessão de Pessoal	133	235
Créditos por Alienação	1.142	12.287

Continua...

Descrição	Exercício	
	2017	2016
Créditos p/Acerto Financ. c/Serv. e Ex-Servidores	26.318	26.353
Recursos da União	86.307	0.00
Créditos Parcelados	1.419	1.108
Créditos por Infrações Legal/Contratual	10.576	24.350
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	2	2
Total	125.897	64.335

Fonte: Conab.

Nota 7 - Estoques

O total de R\$1.050.609 mil, em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.131.441 mil em 31 de dezembro de 2016, corresponde aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos da Agricultura Familiar – PAA, adquiridos via Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, Compra com Doação Simultânea – CDS, CPR Estoque, Aquisição de Sementes e apresentam a seguinte composição:

Tabela 4 – Estoques - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2017	2016
Estoques de Mercadorias	830.697	816.988
Materiais em Trânsito	109	200
Almoarifado e Estoques para Distribuição	1.845	1.900
Compra Antecipada - CPR	217.958	312.353
Total	1.050.609	1.131.441

Fonte: Conab.

O total de R\$217.958 mil, em 31 de dezembro de 2017 (R\$312.353 mil, em 31 de dezembro de 2016), representa o saldo a receber dos valores concedidos às associações e cooperativas da Agricultura Familiar, nos exercícios anteriores e no exercício de 2017, nas modalidades Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CAAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque e Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, que serão quitados em espécie e, eventualmente, em produtos. Relativamente às cédulas adquiridas na modalidade Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, a liquidação se dará de forma financeira, cujos valores estão provisionados no passivo circulante, na conta: Entidades Credoras (Vide item 9.7).

Em 31 de dezembro de 2017, os estoques apresentam a seguinte composição:

7.1 – Equalização de Preços

Em 31 de dezembro de 2017, o valor total da Equalização de Preços foi de R\$193.508 mil (R\$105.056 mil, em 31 de dezembro de 2016), sendo que a importância de R\$ 134.701 foi lançada na Demonstração do Resultado do Exercício para equalizar as vendas de mercadorias e o valor de R\$ 58.807 mil foi baixado do grupo Obrigações Tributárias e Contributivas, pois refere-se à equalização incidente sobre o ICMS pago ao Governo do Estado de Mato Grosso, da operação de AGF/PGPM de exercícios anteriores, por adesão ao Refis, autorizada pelo Tesouro Nacional.

A finalidade da atividade de formação de estoques públicos é a de regular o mercado e evitar desabastecimento, portanto, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização de preços para o equilíbrio das contas, tomando nulo o resultado em caso de prejuízo. Isso ocorre quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo também as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento resultar em déficit, este valor é autorizado pelo Tesouro Nacional, a ser amortizado por meio de lançamento contábil, na conta de operações especiais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura desse déficit.



Os recursos financeiros obtidos na venda e recebimentos de indenizações de perdas dos estoques públicos são integralmente repassados ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA 38/2004 estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi, hoje disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

Nota 8 - Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

8.1 Clientes

Em 31 de dezembro/2017, o saldo da conta é de R\$2.300 mil (R\$2.298 mil, em 31 de dezembro de 2016), correspondente aos direitos a receber decorrentes de prestação de serviços, e apresenta a seguinte composição:

Tabela 5 – Clientes - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2017	2016
Clientes	2.300	2.298
Total	2.300	2.298

Fonte: Conab.

8.2. Demais Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo

O saldo de R\$636.870 mil, em 31 de dezembro/2017 (R\$676.505 mil, em 31 de dezembro de 2016), está composto pelos valores citados na tabela abaixo:

Tabela 6 – Demais Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2017	2016
Adiantamentos Conc. a Pessoal e a Terceiros	2	6
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	78.238	130.178
Créditos por Alienação de Bens	54.793	44.820
Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex-Sevidores	559	588
Outros Créditos	66	66
Duplicatas e Títulos em Contencioso	155	155
Créditos Parcelados	5.705	6.719
Créditos a Receber em Poder da Justiça	840	840
Títulos a Receber	228	228
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	496.204	489.411
Créditos por Infração Legal Contratual	80	3.494
Total	636.870	676.505

Fonte: Conab.

Os depósitos restituíveis e valores vinculados referem-se a depósitos/cauções, depósitos judiciais, depósitos para interposição de recursos e valores apreendidos por decisão judicial, sendo que a variação significativa no grupo Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados foi em função da baixa pelas liberações de parcelas às empresas Renascença Armazéns Gerais Ltda e SPAM Representações Ltda, em conformidade com extrato da conta vinculada, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

Os depósitos restituíveis e os créditos a receber pendentes de decisão judicial, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos, à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis serão baixados contabilmente e registra-

dos na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004, em face dos seus provisionamentos no passivo à conta: Operações Especiais.

8.3 Propriedades para Investimento

Até 31 de dezembro de 2017, o saldo da conta é zero (R\$4.605 mil em 31/12/2016). No mês de fevereiro/2017, após análise da situação dos bens, os valores foram transferidos para o grupo Imobilizado – Bens em Poder de Outra Unidade ou Terceiros e referem-se a imóveis cedidos em comodato e outros.

Nota 9 - Endividamento

Até o mês de dezembro/2017, as obrigações do circulante totalizaram o montante de R\$2.060.281 mil (R\$2.064.909 mil, em 31 de dezembro de 2016), com a seguinte composição:

9.1. Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

O total de R\$79.266 mil, em 31 de dezembro de 2017 (R\$90.062 mil, em 31 de dezembro de 2016), refere-se na quase totalidade aos valores provisionados para pagamento de férias e encargos sociais sobre a provisão de férias.

9.2. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

O total de R\$23.857 mil, em 31 de dezembro de 2017 (R\$62.995 mil, em 31 de dezembro de 2016), refere-se a liquidação de despesas com fornecedores, relativas a aquisições, manutenção dos estoques públicos, subvenção e outros, incluindo as aquisições de produtos da Agricultura Familiar, que serão pagos com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional.

9.3. Provisões

O total de R\$92.598 mil, em 31 de dezembro de 2017 (R\$134.686 mil em 31 de dezembro de 2016), representa os valores provisionados para cobrir prováveis liquidações de sentenças (Ações Trabalhistas e Cíveis) (Vide Nota 4.11). A redução foi decorrente das baixas em função das liberações pela Justiça Federal, de parcelas, dos Depósitos Judiciais, às empresas SPAM Representações Ltda e Renascença Armazéns Gerais Ltda.

9.4. Entidades Credoras

O total de R\$300.130 mil, em 31 de dezembro de 2017 (R\$352.800 mil, em 31 de dezembro de 2016), registrado em Entidades Credoras contempla o diferimento dos repasses de recursos efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisições de Cédula do Produtor Rural – CPR-Alimento, Compra Antecipada – Entrega Futura, Estoques e Outros Créditos a Receber.

9.5. Operações Especiais

O total de R\$1.527.772 mil, em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.395.829 mil, em 31 de dezembro de 2016), refere-se ao registro dos diferimentos das receitas relativas aos repasses de recursos efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04, os quais serão retornados ao Tesouro Nacional pela realização dos estoques e recuperação dos créditos.

9.6. Obrigações Fiscais a Curto Prazo

O total de R\$1.387 mil em 31 de dezembro de 2017 (R\$8.569 mil, em 31 de dezembro de 2016), refere-se às Obrigações Fiscais com a União, Estados e Municípios, demonstradas a seguir:

9.6.1. IRPJ e CSLL a Pagar

No mês de dezembro de 2017, após apuração do resultado, não houve IRPJ e CSLL a provisionar (Vide Nota 4.12).

A tabela a seguir apresenta a situação em dezembro 2017 e 2016.

Tabela 7 – IRPJ e CSLL a pagar - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2017	2016
IRPJ a recolher	0	5.429
CSLL a recolher	0	2.004
Total	0	7.433

Fonte: Conab.

9.6.2. Obrigações Fiscais com a União, Estados e Municípios

O total de R\$1.387 mil, em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.136 mil, em 31 de dezembro de 2016), refere-se às Obrigações Fiscais com a União, Estados e Municípios, demonstradas a seguir:

Tabela 8 – Obrigações Fiscais com a União, Estados e Municípios

Descrição	Exercício	
	2017	2016
COFINS a recolher	1.055	921
PIS/PASEP a recolher	229	200
Recursos fiscais Darf a emitir	2	2
ICMS a recolher	1	0
IPTU/TLP a recolher	89	0
ISS a recolher	11	13
Total	1.387	1.136

Fonte: Conab.

9.7. Outras Obrigações

O total de R\$35.271 mil, em 31 de dezembro de 2017 (R\$19.968 mil, em 31 de dezembro de 2016), refere-se a obrigações com consignações, impostos e contribuições a recolher, depósitos e cauções, adiantamentos recebidos de clientes e outras, demonstradas no quadro a seguir:

Tabela 9 – Outras Obrigações

Descrição	Exercício	
	2017	2016
Adiantamentos de clientes	1.998	1.045
Juros sobre o Capital Próprio – JCP a pagar	0	1.830
Consignações	7.663	5.630
Depósitos judiciais	5.139	0
Depósitos e cauções recebidos	3.965	6.729
Indenizações, restituições e compensações	10.820	39
Diárias a pagar	14	15
Entidades credoras – estados, DF e municípios	3.562	3.784
Valores em trânsito exigíveis	1	1
Subvenções a pagar	2.109	894
Total	35.271	19.968

Fonte: Conab.

Nota 10 - Provisões a longo prazo

O total de R\$3.216 mil representa os valores provisionados para cobrir prováveis pagamentos de débitos fiscais, referentes a ICMS da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, no estado de São Paulo (Vide Nota 4.11).

Nota 11 - Resultado líquido do exercício

O resultado do balanço é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações das atividades próprias da companhia, representadas com maior relevância as receitas de prestação de serviços de armazenagem e aluguéis, incorporações de bens recebidos por

doações, alienação de bens móveis e imóveis, receitas recebidas para gestão dos estoques públicos e outras, em contrapartida às despesas de depreciação, despesas executadas na fonte própria, despesas de proviões de férias e encargos sociais e outras, que também sensibilizaram o resultado líquido do exercício. No exercício de 2017, a Companhia apurou o prejuízo líquido de R\$20.376 mil (lucro de R\$7.684 mil, em 31 de dezembro de 2016, após as deduções dos tributos sobre o lucro).

Nota 12 - Patrimônio Líquido

12.1 - Capital Social

O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

12.2 - Reservas de Lucros para Expansão

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$20.376, relativo ao prejuízo apurado no exercício, foi absorvido pelas Reservas de Lucros, conforme parágrafo único, art. 189, da Lei 6.404/76.

Nota 13 - Provisões e Contingências Passivas

13.1. Provisões Passivas

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

a) **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, promoções, incorporação de funções gratificadas e outros.

b) **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.

c) **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferenças entre a inflação e planos econômicos, divergência de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagem e outros.

As Provisões Passivas foram reconhecidas, conforme informação jurídica, de acordo com os desfechos desfavoráveis dos processos, que poderão desencadear em prováveis desembolsos financeiros pela Companhia, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009, normatizado pela Resolução CFC Nº 1.180/2009.

As provisões demonstradas no quadro a seguir, até 31 de dezembro de 2017, alcançou o montante de R\$92.597 mil (até 31 de dezembro de 2016 R\$181.155 mil), que são suficientes para cobrir prováveis desembolsos. Até 31 de dezembro de 2017, o desembolso com Sentenças Judiciais, alcançou o montante de R\$37.825 mil (R\$53.212 mil, até 31 de dezembro de 2016). Os recursos orçamentários/financeiros que honraram os referidos desembolsos, foram repassados à Conab pelo Órgão Superior/MAPA.

Tabela 10 – Provisões passivas - em R\$mil

Descrição	Valor do Provável Desembolso	
	2017	2016
Trabalhista	66.869	134.686
Tributária	0,00	46.469
Cível	25.728	0,00
Total	92.597	181.155

Fonte: Conab.

13.2. Contingências Passivas

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidades de desembolsos do que as Provisões Passivas. São compostas das seguintes ações:

a) **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

b) **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, constituídas na maioria, por ações oriundas de anistia administrativa (Lei nº 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de função e outros.

c) **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais. A redução nas Contingências Passivas foi em razão do pagamento de ICMS ao estado de Mato Grosso, por adesão ao REFIS/2017.

As ações estão assim demonstradas:

Tabela 11 – Contingências passivas - em R\$mil

Descrição	Valor do Possível Desembolso	
	2017	2016
Cível	262.575	246.267
Trabalhista	227.613	26.546
Tributária	55.522	544.803
Total	545.710	817.616

Fonte: Conab.

Nota 14 - Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

De acordo com a Lei 11.638/2007 e Pronunciamento Contábil CPC nº 03/2008, a Conab apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, pelo método indireto.

14.1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: Em 31 de dezembro de 2017, o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, apresentou o saldo de R\$54.892 mil (R\$28.706 negativo mil, em 31 de dezembro de 2016), representado pelo resultado das variações apresentadas no exercício, das principais atividades da Conab.

14.2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento: O valor de R\$5.434 mil, em 31 de dezembro de 2017 (R\$6.931 mil, em 31 de dezembro de 2016), representa as aplicações no imobilizado e intangível.

14.3 - Variação nas Disponibilidades: O valor de R\$47.628 mil, em 31 de dezembro de 2017 (R\$35.637 mil, negativo, em 31 de dezembro de 2016), refere-se a variação das aplicações financeiras de curto prazo, em fundos extramercado, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício e a disponibilidade da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento.

Nota 15 - Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

15.1. Receita de Vendas e Serviços

As receitas de vendas e serviços são oriundas das vendas dos estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, dos estoques Mercado de Opção – MO, das receitas com armazenagem de produtos de terceiros e outras e estão assim demonstradas:

Tabela 12 – Receita de Vendas e Serviços - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2017	2016
Vendas Estoques Estratégicos	438.499	751.932
Vendas Estoques Reguladores – PGPM	42.947	172.979
Serviços de Armazenagem e Outros	33.797	24.286
Total	515.243	949.197

Fonte: Conab.

15.2 – Deduções das Receitas de Vendas e Serviços

Estão representadas pelos impostos legais ICMS, COFINS, PASEP e ISS e Descontos Concedidos, incidentes sobre as vendas de produtos e serviços de armazenagem. Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, foram de R\$52.256 mil e R\$71.984 mil, respectivamente.

15.3 – Custo das Mercadorias Vendidas

Representam as baixas dos estoques relativos às mercadorias vendidas, conforme segue:

Tabela 13 – Custo das Mercadorias Vendidas - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2017	2016
CMV Estoques Reguladores - PGPM/MO	534.456	907.357
Total	534.456	907.357

Fonte: Conab.

15.4. Lucro Bruto Operacional

Em 31 de dezembro de 2017, o Lucro Bruto Operacional, apresentou o saldo de R\$63.232 mil (R\$74.912 mil, em 31 de dezembro de 2016), representado pelo resultado das Receitas de Vendas de Produtos, Receitas de Serviços, menos as Deduções de Receitas de Vendas e Serviços e Custo de Mercadorias Vendidas – CMV, mais a Equalização de Preços (Vide nota 7.1).

15.5. Despesas Operacionais

Compreendem as despesas realizadas com os gastos necessários para manutenção da atividade da Conab, incluindo as despesas com pessoal, comerciais e administrativas, apresentando a seguinte composição:

Tabela 14 – Despesas Operacionais - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2017	2016
Despesas de Pessoal	963.364	921.992
Despesas Comerciais e Administrativas	221.128	267.340
Total	1.184.492	1.189.332

Fonte: Conab.

15.6. Receitas Operacionais Diversas

Esse grupo representa as receitas decorrentes das operações da Conab, com destaque para as transferências financeiras realizadas pelo Tesouro Nacional, para cobrir gastos com pessoal, manutenção e formação dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e dos estoques Estratégicos, bem como repasses do Ministério do desenvolvimento Social – MDS e Outros, para a execução dos Termos de Execução Descentralizada – TED, conforme segue:

Tabela 15 – Receitas Operacionais Diversas - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	2017	2016
Receitas Operacionais Diversas	1.103.930	1.123.131
Total	1.103.930	1.123.131

Fonte: Conab.

Nota 16 - Demonstração do valor adicionado – DVA

Essa demonstração foi elaborada de acordo com o CPC 09, de 30/10/2008, e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, demonstrada nos seguintes itens:

a) **Receitas** – receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços incluindo os tributos incidentes sobre elas e outros resultados.

b) **Insumos Adquiridos de Terceiros** - custos das mercadorias



e serviços vendidos, incluindo os tributos incidentes sobre as aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, depreciação e amortização.

A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza, com gastos de pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, juros, aluguéis e lucros retidos/prejuízo do exercício.

Nota 17 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R3) e demonstra as modificações ocorridas no exercício, em todas as contas que compõem o grupo do Patrimônio Líquido.

Nota 18 - Demonstração do resultado abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente - DRA, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R3) e não apresentou registros que se enquadrem como Outros Componentes do Resultado Abrangente.

Nota 19 - Diversos responsáveis em apuração

Encontram-se registrados no grupo de contas "Controles Devedores", os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso, Pará e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal - AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2017, com os novos registros, o saldo do grupo 7.9.7.3.1.00.00 - Diversos Responsáveis em Apuração, passou para R\$74.145 mil.

Tabela 16 - Diversos responsáveis em apuração - em R\$ mil

Exercício	Saldo
2016	75.395
2017	74.145

Fonte: Conab.

Nota 20 - Restos a Pagar - Recursos a Receber

O montante de 727.520 mil, referente a recursos a receber registrado no grupo, está assim representado:

20.1 Restos a Pagar Autorizado por Destaques

De acordo com procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 - item 6 - Procedimentos para o Encerramento do Exercício Atual e de Abertura do Exercício Seguinte, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, foi registrado o total de R\$559.336 mil, relativo aos Termos de Execução Descentralizada - TED, firmados entre a Conab e outros Órgãos, cujos recursos financeiros serão recebidos no exercício subsequente, para pagamentos dos Restos a Pagar e estão registrados nas contas 8.2.2.2.4.09.01 - Restos a Pagar Autorizado por Destaque - Inscrição, registrado na Unidade Gestora 135100 - Matriz, conforme segue:

a) R\$506.823 mil, Termo de Execução descentralizada - TED, recurso a ser repassado pela Unidade Orçamentária e Financeira/COPEC/MF, Tesouro Nacional, referente ao Programa de Garantia e Sustentação/Preços (Produtos Agropecuários -EQGAR e Produtos da Agricultura Familiar - GARAF), para pagamento de subvenção.

b) R\$52.431 mil, Termo de Execução descentralizada - TED, recurso a ser repassado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN/MDS, para aquisição de produtos da Agricultura Familiar.

c) R\$63 mil, a Termo de Execução descentralizada - TED, recurso a ser repassado pelo Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ, para fiscalização dos estoques.

d) R\$19 mil, Termo de Execução descentralizada - TED, recurso a ser repassado pela Secretaria de Política Agrícola - SPA/ MAPA, para fiscalização do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR.

20.2 Restos a Pagar Autorizado - Inscrição

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 - item 6.3 - Encerramento do Exercício, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, foi registrado o total de R\$134.850 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, com a seguinte composição:

a) R\$91.036 mil: Termo de Execução descentralizada - TED, recurso a ser repassado pelo Ministério do desenvolvimento Social - MDS, referente aos valores inscritos em restos a pagar, com obrigações e não processados no exercício de 2017, decorrentes de despesas e aquisições de produtos da Agricultura Familiar.

b) R\$43.813 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2018.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na conta "8.2.2.2.4.01.02 - Restos a Pagar Autorizado - Inscrição, na UG 135100.

Nota 21 - Benefícios Concedidos aos Empregados

21.1 Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios - CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

Desde 2015, com o processo de saldamento, o Cibrius administra três planos de benefícios: Plano de Benefícios Conab, código CNPB nº 1979000719, Plano de Benefícios Conab Saldado, código CNPB nº 2015001492 e o Plano de Benefícios ConabPrev, código CNPB nº 2015001311.

São patrocinadoras do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal, e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, os citados Planos de Benefícios, exceto o Plano Conab Saldado, recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2017 é paritária com a dos Par-

ticipantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

Foram aprovados instrumentos regulamentares para implementação do saldamento do Plano de Benefícios Conab, sua Cisão e um Plano saldado e a criação de um novo Plano de Benefícios, na modalidade de Contribuição Definida - BD. Após a aprovação pelas instâncias internas da Conab a Proposta de Saldamento foi submetida e aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - SEST e pela Secretaria do Tesouro Nacional STN, sendo encaminhada à Advocacia Geral da União, que solicitou informações complementares, que foram prestadas e, no momento encontra-se no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, para os encaminhamentos finais. Após tais procedimentos e com base nos termos contratuais foi registrado na conta 8.1.2.3.1.02.01 - Contratos de Serviços em Execução, o valor de R\$691.556, correspondente ao contrato Conab/Cibrius.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais, são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

21.2 Serviço de Assistência à Saúde - SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde - SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e pelo Tesouro Nacional, com participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2015/2016, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2017, a Conab gastou com o Serviço de Assistência à Saúde - SAS, o montante de R\$44.662 mil, beneficiando os empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2017, referente à participação financeira dos empregados é de R\$26.109 mil.

Nota 22 - Remuneração dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra "e", da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2016 e 2017, as remunerações dos dirigentes e empregados, foram as seguintes:

Tabela 17 - Maior e menor remuneração

Descrição	Exercício	
	2017	2016
Maior Remuneração Dirigente	30.355,62	30.355,62
Menor Remuneração Dirigente	30.355,62	30.355,62
Maior Remuneração Empregado	33.763,00	33.763,00
Menor Remuneração Empregado	1.975,00	1.779,37

Fonte: Conab.

Tabela 18 - Salário Médios

Descrição	Exercício	
	2017	2016
Dirigentes	30.355,62	30.355,62
Empregados	5.354,34	5.066,32

Fonte: Conab.

Nota 23 - Termos de Execução Descentralizada - TED

23.1 - Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Execução Descentralizada - TED”, assinado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDS, atendeu 543 municípios e 18.688 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 44 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse

programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$173.052 mil, no ano de 2017.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2017

FRANCISCO MARCELO RODRIGUES BEZERRA
Diretor-Presidente

MARCUS LUIS HARTMANN
Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas

JORGE LUIZ DE ANDRADE DA SILVA
Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento

DANILO BORGES DOS SANTOS
Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

CLEIDE EDVIRGES SANTOS LAIA
Diretora-Executiva de Política Agrícola e Informações

GOIAZIREZ DA SILVA BORGES
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC DF 011907/O-8 CPF: 127554271-91

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA**Exercício 2017**

Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, levantado em 31.12.2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente, do valor adicionado, do fluxo de caixa, as notas explicativas e o relatório de administração. A nossa opinião sobre as citadas demonstrações contábeis será exposta neste relatório.

As demonstrações contábeis, acima referenciadas, foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, e alterações promovidas pela Lei n.º 11.638, de 28.12.2007, e n.º 11.941, de 27.5.2009, aplicáveis às empresas públicas de direito privado.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é a responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para mitigar os riscos e permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis isentas de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da Auditoria Interna

Nossa responsabilidade é a de opinar sobre as demonstrações contábeis, em cumprimento ao disposto no inciso VI, artigo 3.º, do Regimento Interno da Conab (Normas da Organização Código n.º 10.104).

Os exames específicos (auditorias contábeis-financeiras e de avaliação da gestão) abrangeram as Superintendências Regionais de Rondônia, Rio Grande do Norte, Roraima, Acre, São Paulo e Matriz. Ademais, a Audin realizou avaliações mensais e anual das demonstrações contábeis da Companhia. As análises se basearam nas normas de auditoria interna e nas técnicas e procedimentos de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a materialidade, relevância estratégica, criticidade da matéria auditada e o sistema de controles internos da Companhia; b) as constatações com base em testes das evidências e dos documentos que suportaram os valores e as informações contábeis divulgadas; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Companhia; e d) avaliação dos controles internos com base no modelo “Controle Interno – Estrutura Integrada” desenvolvido pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway - COSO 2013.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, lidas em conjunto com as notas explicativas, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, exceto quanto aos possíveis impactos que poderão advir dos assuntos mencionados na seção “Base para opinião com ressalva”.

Base para opinião com ressalva

1. Constatou-se a ocorrência de despesas com serviços de comunicação de dados de longa distância, relativas ao período de maio a dezembro de 2016, contabilizadas em 2017, no montante de R\$ 2.759 mil. Tal ocorrência se constituiu em descumprimento ao princípio contábil da competência com reflexos, de igual valor, no resultado apurado no presente exercício.

2. No processo de saldamento do Plano de Benefícios Conab, administrado pelo Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, ocorrido em dezembro de 2015, foi apurado déficit atuarial de responsabilidade da Conab, na condição de patrocinadora do citado Plano, no montante de R\$ 691.526 mil. Em 22 de março de 2016 foi assinado, entre a Conab e o Cibrius, Termo Contratual de Confissão e Parcelamento de Dívida, no qual a Conab assumiu o compromisso de efetuar os repasses ao Cibrius, relativos ao déficit sob comento, em 228 parcelas mensais. A citada importância foi registrada no Ativo do Cibrius, em dezembro/2015, como direito a receber da Conab, logo após a concretização do saldamento, observando que este foi devidamente aprovado pelos órgãos competentes (STN, DEST, PREVIC, MAPA e Conab).

Neste exercício, a Companhia efetuou registro contábil nas contas de controle 7.1.2.3.1.02.00 – Contratos de Serviços e 8.1.2.3.1.02.01 – Contratos de Serviços em Execução, no valor de R\$ 691.555 mil. Cabe observar que o citado registro não tem reflexos no patrimônio da Conab, visto que foi feito em conta não patrimonial. A despeito de a Conab, até a presente data, não ter feito repasses ao Cibrius a título de pagamento do déficit atuarial de sua responsabilidade, entende-se que a obrigação da Companhia se configurou no momento em que se concretizou o processo de saldamento do antigo Plano de Benefícios Conab, logo, a importância citada deveria ter sido registrada no patrimônio da Companhia como obrigação para com o Instituto. Considerando, ainda, que tais recursos advirão do Tesouro Nacional, a Conab poderia registra tal direito em seu ativo.

3. A avaliação de controle interno evidenciou que a Companhia ainda não realizou a gestão de riscos nas atividades contábeis e financeiras. Assim, os controles instituídos não foram baseados em riscos.

4. A Companhia não realizou estudo formal para avaliar a existência de eventual perda ou desvalorização do ativo imobilizado e intangível, conforme disciplina o § 3.º do art. 183 da Lei 6.404/76 (teste de *impairment*) e por essa razão não é possível inferir se as importâncias de R\$ 179.799 mil e R\$ 2.095 mil, as quais correspondem aos valores líquidos do ativo imobilizado e intangível, respectivamente, poderão ser recuperáveis no futuro pela sua venda ou uso.

Outros assuntos

a) Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício encerrado em 31.12.2017 e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

b) Relatório de administração

Examinamos os dados contábeis e financeiros constantes no Relatório da Administração e constatamos que estes refletem adequadamente as informações expressas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2017.

Brasília, 09 de março de 2018

João Gonçalves Filho
Auditor Interno
CRC/DF 018584/O-7

Oswaldo Gonçalves Pateiro
Auditor Interno
CRC/RJ n.º 094366

Rafael George Fontana
Auditor Interno
CRC/DF n.º 23968/O-6

Geraldo Majela Roberto Alves Júnior
Auditor Interno
CRC/DF 21507/O-0

Mariana Vilar da Fonseca
Auditora Interna
CRC/PB n.º 10827/O-0

Daniel Santana Abreu
Gerente de Auditoria
CRC/GO n.º 021732/O



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab.
Brasília/DF

Opinião com Ressalva.

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com Ressalva

1. Inventário físico dos estoques

A auditoria independente não acompanhou a contagem física oficial dos estoques correspondente aos saldos em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 1.050.609 mil, tendo em vista que a contratação foi realizada em 21 de fevereiro de 2018. Também não foi possível realizar procedimentos alternativos de auditoria objetivando validar a contagem dos estoques referentes aos saldos em 31 de dezembro de 2017, haja vista que os controles são descentralizados e localizam-se em distantes lugares espalhados por diversos pontos de armazenagem de todo o País.

2. Falta de testes de recuperabilidade - *Impairment*

Não apresentação dos testes do valor recuperável de ativos *impairment* dos bens do ativo imobilizado e investimentos:

Não nos foram apresentados os testes de valor recuperável de ativos *impairment* dos bens do ativo imobilizado cujo saldo era de R\$ 179.800 mil em 31/12/2017 e Investimentos com saldo de R\$ 28.952 mil em 31.12.2017, não nos permitindo a análise da recuperabilidade desses ativos nas operações normais da CONAB e a eventual necessidade de constituição de provisão.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras acima referidas foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma instituição em atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. A Conab tem missão institucional de contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícolas e de

abastecimento da União (Governo Federal), e recebe do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento montantes para o pagamento das contas a pagar (Nota Explicativa nº 1), e é integrante do Orçamento Geral da União, portanto a Companhia é uma empresa pública dependente. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

a) Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações do Valor Adicionado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da CONAB, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às Demonstrações Contábeis individuais tomadas em conjunto.

b) Auditoria do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 20 de março de 2017, que conteve as seguintes modificações.

1. Considerando que a contratação da auditoria independente deu-se após a contagem oficial do estoque ao final de 2016 (em final de janeiro de 2017), não houve, portanto, condições de acompanhar a contagem dos estoques da Companhia, que são relevantes e materiais. Por outro lado, considerando também, que os controles são descentralizados e em virtude das longas distâncias entre os vários pontos de armazenagem espalhados por todo o país, não nos foi possível aplicar procedimentos alternativos para validar a contagem dos estoques. Também não evidenciamos procedimentos de acompanhamento de contagem de estoque pela Auditoria Interna da Companhia.

2. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.2, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia responde a processos judiciais, e em função disso possui registrado no ativo não circulante Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados no montante de R\$ 130.178 mil referente a depósitos judiciais e recursais. Também está registrado na Conta Créditos a Receber Pendentes de decisão judicial o montante de R\$ 489.411 mil, pertencentes aos estoques públicos, os quais poderão apresentar desfechos favoráveis e desfavoráveis à Companhia. Não foi apresentado Parecer Jurídico da Procuradoria Geral da Companhia, que pudesse evidenciar a evolução de tais depósitos e dos passivos, assim como as medidas de natureza jurídica adotadas.

Nós auditores das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, constatamos que conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.2, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia responde a processos judiciais, e em função disso possui registrado no ativo não circulante Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados no montante de 78.238 mil em 31.12.17 e R\$ 130.178 mil em 31.12.16 (Variação de R\$ 51.940 mil), referente a depósitos judiciais e recursais. Na mesma Nota Explicativa nº 8.2, consta o registro na Conta Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial o montante de R\$ 496.204 mil em 31/12/2017 e R\$ 489.411 mil em 31.12.2016, pertencentes aos estoques públicos, os quais poderão apresentar desfechos favoráveis ou desfavoráveis à CONAB. Os desfechos dos processos, favoráveis à Companhia, bem como as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis da CONAB e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial

MF/MAPA nº 038/2004, com o devido acompanhamento de Parecer Jurídico da Procuradoria Geral da CONAB.

3. A Companhia não realizou estudo para avaliar a existência de eventual perda por redução ao valor de recuperação do ativo imobilizado (*impairment*), e apresenta um saldo em 31/12/2016 de R\$ 249.014 mil, e no investimento o valor de R\$ 34.182 mil. Devido ao exposto, a Administração da Companhia não dispõe de elementos que nos possibilitem avaliar se os referidos ativos serão recuperados em sua totalidade pela geração de resultados futuros.

4. A Conab é patrocinadora de uma Entidade Fechada de Previdência Privada, denominada Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS. Conforme Nota Explicativa nº 21.1, a Conab possui dívida contratada com o CIBRIUS, referente ao saldamento do plano de seguridade da Companhia. A CIBRIUS nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2015 contabilizou uma provisão a receber da Conab um montante de R\$ 695.142 mil. E tal contingência não foi provisionada nas Demonstrações Contábeis da Conab.

Nós auditores das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, constatamos que o termo contratual que formaliza essa operação foi registrado contabilmente, pelo documento 2017ns023998, no valor de R\$ 691.555.973,44, nas contas D-7.1.2.3.1.02.00 e C-81231.02.01, (antigas contas de compensação), as despesas serão contabilizadas, quando ocorrerem os repasses financeiros; as parcelas do exercício/2018 foram orçadas, em torno de 72.000 mil, após o recebimento dos repasses dos recursos financeiros, pelo órgão superior/MAPA, serão efetuadas as liquidações das despesas. A partir de então serão contabilizadas nas contas de DESPESA e conta de obrigações, quando serão repassados os recursos financeiros ao CIBRIUS, por meio de Ordem Bancária.

5. Com base nas informações fornecidas pela administração da Conab e o descrito na nota explicativa nº 13, não foi possível evidenciar a base de mensuração das Contingências Passivas no montante de R\$ 181.155 mil permanecendo inalterada a provisão em 31/12/2015. A administração do Conab não apresentou relatório e/ou parecer da Procuradoria Geral da Companhia com a evolução de cada processo que pudesse evidenciar as contingências judiciais consideradas de perdas prováveis, possíveis e remotas, impossibilitando a avaliação da adequação dessas contingências e seus eventuais efeitos, constituindo-se em limitação de nossos exames.

Nós auditores das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, constatamos que conforme a nota explicativa nº 4.11, em 31 de dezembro de 2017, a CONAB contabilizou no seu passivo Contingências para Riscos Trabalhistas no valor de R\$ 66.869 mil, e para Riscos Cíveis no valor de R\$ 25.728 mil, como sendo para futuro desembolso da Companhia, conforme relatório elaborado pela Procuradoria Jurídica – PROGE, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM Nº 594, de 15/09/2009 e normatizado no CFC, pela 2014 NBC TG 25(R1), tudo em conformidade com relatório dos advogados da Procuradoria Geral – Proge, cujas planilhas de controle atestam a evolução de cada contingência judicial.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma re-

levante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, e somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor contábil dos Estoques e ativo imobilizado da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab em 31 de dezembro de 2017. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante ou não com relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não

uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em

continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneiras compatíveis com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos com os responsáveis pela governança/administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança/administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança/administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgações públicas do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília/DF, 28 de fevereiro de 2018.

TECNOAUD AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC 2SP016646/0-4 - DF

José Ribamar Tavares Torres da Silva
CRC 1SP 127013/O-4 - DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CONAB

O Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em Reunião Extraordinária realizada nesta data, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Valor Adicionado, da Demonstração dos Fluxos de Caixa; da Demonstração do Resultado Abrangente e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, após aprovação do Conselho de Administração – Consad da Companhia, constante dos Pareceres, de 20 de março de 2018, com as ressalvas apontadas e, com base no Relatório dos Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Contábeis, de 28 de fevereiro de 2018, e no Parecer da Unidade de Auditoria Interna, de 9 de março de 2018, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Conab, exceto pelos efeitos: dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião com ressalva” do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer da Auditoria Interna; das solicitações/recomendações não atendidas pela Companhia ao longo do exercício e da não entrega de documentos, registradas nas Atas das 257ª a 268ª Reuniões Ordinárias e na Ata da 53ª Reunião Extraordinária do Colegiado; das inconsistências sobre as provisões constituídas para fazer face às contingências passivas, constantes da Nota Técnica Audin nº 96/2018.

Tomou, ainda, conhecimento da proposta de absorção do prejuízo apurado em 31 de dezembro de 2017, o qual foi compensado pelas reservas de lucro e aprovado pelo Consad em seu Parecer, de 20 de março de 2018, e manifesta-se favoravelmente, conforme dispõe o inciso III do art. 163 da Lei nº 6.404/76.

Brasília-DF, 23 de março de 2018.

ISAMARA BARBOSA CAIXETA
Presidenta

LIZANE SOARES FERREIRA
Conselheira Suplente

LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
Conselheira Titular

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONAB

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Conab, no uso de suas atribuições legais e estatutárias em Reunião Extraordinária realizada nesta data, examinou a Demonstração do Resultado do Exercício, o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração do Resultado Abrangente, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, considerando o contido no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, de 28 de fevereiro de 2018, resolve APROVÁ-LOS exceto pelas ressalvas constantes na seção intitulada “Base para opinião com ressalva” do Relatório dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna e submetê-los à Assembleia-Geral Ordinária.

Brasília-DF, 20 de março de 2018

EUMAR ROBERTO NOVACKI
Presidente

RAPHAEL VIANNA DE MENEZES
Conselheiro

ALEXANDRE PONTES PONTES
Conselheiro

FRANCISCO MARCELO RODRIGUES BEZERRA
Conselheiro

ANTÔNIO SÁVIO LINS MENDES
Conselheiro